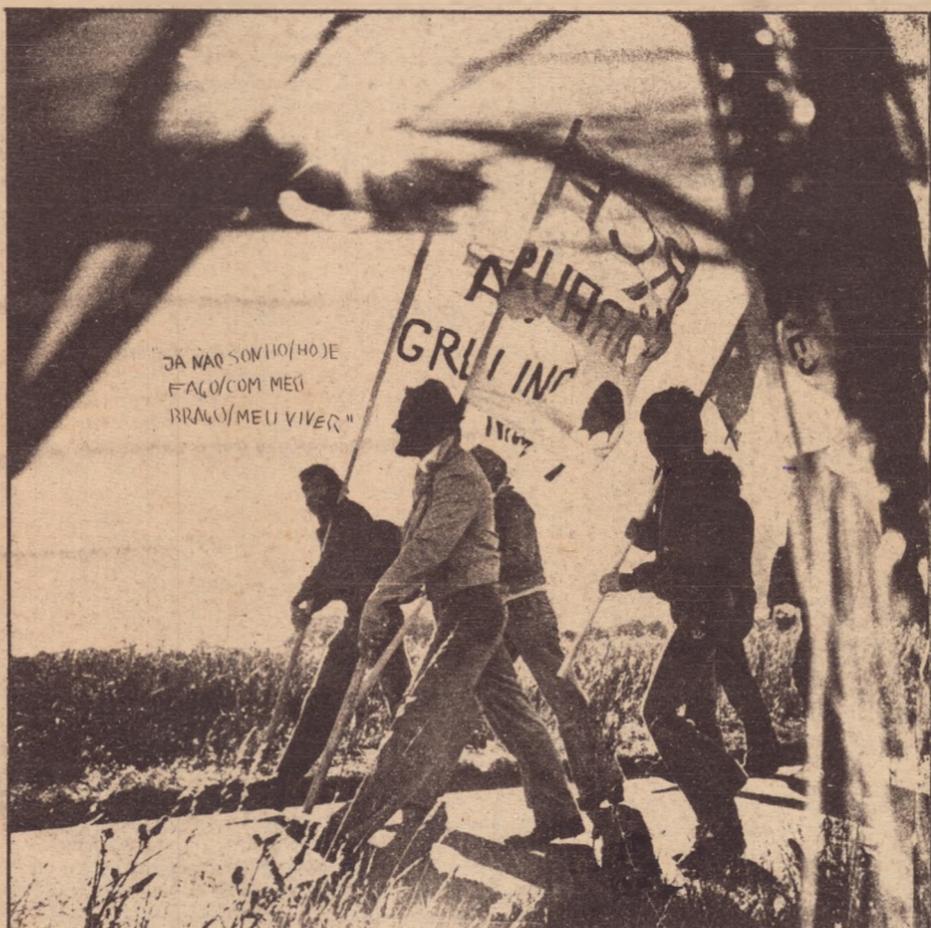


- **Egito: A morte de Sadat** (pg. 19)
- **Argentina: Alternativa à ditadura** (pg. 18)
- **Milton: Caçador de Mim** (pg. 20)
- **Mulheres: em debate a Federação** (pg. 15)

## CRISE MILITAR

Os "duros" avançam sobre o poder  
Os impasses da abertura



### UNE

O Congresso da UNE foi adiado por incompetência da diretoria. Após estrondosa vitória no Rio Grande do Sul, a chapa TRAVESSIA propõe uma alternativa de direção para a entidade

(pg. 16)

## Insulto!

Aureliano não recebe os delegados do maior congresso de trabalhadores da história do país, a I CONCLAT. Sindicalistas preparam resposta, (pgs. 12 e 13)

## PT prepara plano de governo

Os planos e as polêmicas para a decisiva reunião do Diretório Nacional no final de outubro.

(pgs. 6 a 9)

## Laborens Exercens

A encíclica de João Paulo II sobre o trabalho recebeu aparente apoio geral: do governo Figueiredo a dirigentes do PT. Nas páginas centrais, as origens dessa confusão.

(pgs. 10 e 11)



**A crise econômica e política por que passa o país, ao invés de fortalecer os partidos burgueses, vem mostrando seus limites. Incompetência, diluição ideológica, divergências, deserções e paralisia formam o quadro.**

## Jânio: no PT não dá; o partido é sério.

Jânio chega da Europa, conversa com Golbery e Delfim e, para o espanto geral, decide-se: entro para o PMDB. Como se não bastasse, ainda proclama: sou socialista.

Dentro do PMDB instala-se o rebu. Montoro, até então o favorito ao governo paulista para o ano que vem, treme nas bases. Pois Jânio pode novamente estourar nas urnas com sua vassoura meteórica e tomar-lhe a primeira posição dentro das sublegendas peemedebistas. Noutra ponta dentro, da "frente das oposições" o PCB torce por Jânio pois, compondo com qualquer um que lhe aumente as chances de uma garupa até o governo, o partidão acredita que o bruxo só vai somar para a legenda do PMDB. Se ele leva, ou se leva Montoro, tanto faz.

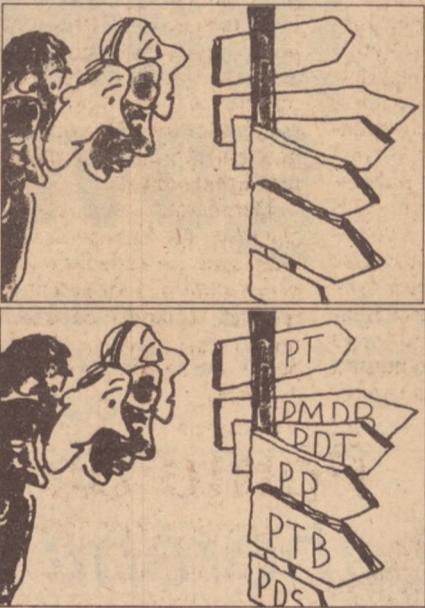
De outro lado atacam os ideólogos ingênuos do "grande partido popular, moderno e de massas". E com o ex-ministro Almino Affonso na frente, dão entrada num pedido de impugnação da ficha de Jânio entregue à Executiva Nacional do partido em Brasília. Para além das razões ideológicas, eles acreditam que, fatalmente, Jânio desmoralizará o PMDB frente ao eleitorado.

Os resultados do rebu ainda não estão claros. Mas de qualquer forma a jogada da articulação Golbery-Delfim colocou o PMDB numa ameaça real de implosão. Por um lado ficou evidente que eles contam com fortes bases de apoio para sua política dentro do próprio PMDB que são os convencionais que já garantem a Jânio uma das sublegendas do partido. Mas por outro o tiro pode sair pela culatra para

o regime. Na medida em que o episódio evidencia mais ainda para amplos setores populares, que o único partido sério neste país é o PT. Aliás, ciniicamente, o próprio Jânio foi quem deixou escapar esta frase logo que saiu do PTB e antes de entrar no PMDB.

Enfim, com esta e mais outras, o PT pode vir a ser o grande partido da oposição, mesmo eleitoralmente, a um prazo muito mais curto do que se imagina.

Já são muitos, dentro dos setores populares do PMDB, que flertam sua transferência para o PT, desiludidos com o "grande partido popular, moderno e de massas". (F.A.)



## PDS: os escravos se rebelam

Ao comentar o fim das sublegendas anos atrás, o finado ministro Petrônio Portella dizia: é uma verdadeira excrecência na vida partidária nacional que tem que ser banida se queremos partidos modernos, fortes e representativos.

Agora, para justificar a proposta, o cínico sorriso do ministro da Justiça (ha! ha! ha!) teve que balbuciar sem graça e com a sua face rubra de vergonha perante os deputados no Congresso Nacional: como tudo na vida há momentos que convém e outros momentos que não. Hoje, frente à situação onde os partidos ainda estão nascendo a sublegenda é justa para garantir a democracia: amanhã pode ser que ela já não seja mais necessária.

Mais além da ironia, o fato é que os planos do governo para o PDS estão duros de engolir. No caso da sublegenda, para vários grupos governistas ela é ruim para seus planos. Por decorrência eles provavelmente

não comparecerão à votação da emenda governamental que as restabelece. E, sem o quorum mínimo necessário, ela acabará passando por decurso de prazo. Ou seja, à seco mesmo.

Como dizia o ex-ministro Golbery: a situação do PDS é tal que não tem jeito; só se fizermos uma reforma eleitoral diferente para cada estado. Só assim é que o governo pode ganhar no ano que vem.

Mas o desgoverno no PDS não para aí. No caso do projeto da previdência, nenhum deputado quer o pepino de ter que apresentar formalmente e votar a bomba que o governo mandou para o Congresso. Nenhum deputado quer sujar sua imagem frente às urnas do ano que vem, se colocando como responsável pelo arrocho das pensões dos aposentados e viúvas. Mais uma então que vai descer também a seco, pela vida do decurso.

## PDT: a eterna busca do elo perdido

Os brizolistas estão eufóricos. Com a perda da legenda PTB por D. Ivete, abre-se a chance para eles se resgatarem na íntegra a carta testamento de Getúlio Vargas recuperando e rebatizando-se com a velha sigla. Para um partido que vive do passado este é um momento histórico.

Só que, de contrabando, toda a trupe de D. Ivete, terá que ser acomodada como troco da transação. No interior do PDT brizolista a coisa já não vinha boa e agora piorou de vez. O mandonismo do cacique (que depois de muita lábia conseguiu pegar o Juruna para o PDT) já incomodava a muitos opositores sinceros da esquerda trabalhista. Suas colocações extravagantes sobre as oposições, em especial o PT, e seus elogios descabidos ao governo Figueiredo, assustavam a cada dia, fora e dentro do partido.

Agora a corda estourou. Em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em Minas, três deputados acabam de se desligar da pequena bancada brizolista, acusando o presidente do partido de incompetência, e mingando ainda mais as chances do PDT, empurrando-o de vez para os braços da escória direitista do trabalhismo da D. Ivete como solução de sobrevivência.

Em Minas, o deputado federal Genival Tourinho saiu do PDT deixando claro: o partido no estado simplesmente não existe, é um sonho. Tourinho está em conversa com o PT mineiro e diretórios municipais do PDT já se transferiram em bloco para o PT, como foi o caso na cidade de Carmópolis.

No Rio, no entanto é que veio o golpe fatal: o ex-deputado Lisâneas Maciel deixou o PDT e já foi para o PT. Lisâneas era um dos poucos bastiões de seriedade e combatividade popular que o PDT ainda possuía.

Enfim, o PDT mingua, no reencontro de sua sigla histórica. E o sonho de verão de uma robusta social democracia no Brasil se desvanece.

## P...T...BUUM!

Golbery ajudou o quanto pode, mas agora que ele caiu do galho, o podre subiu: filiar eleitores e fazer convenções por telefone? Ora, ora D. Ivete, assim só para quem está no poder, e PTB ainda não é PDS.

Pois é: agora, com a decisão do Superior Tribunal Eleitoral impugnando o registro do PTB por irregularidades e convenções fantasmas, está tudo anulado: volte para a estaca zero. Com a decisão do STE o PTB simplesmente se ajusta à sua realidade: deixa de existir.

## Lucros X Salários Uma luta desigual

A Petrobrás ocupa o primeiro lugar na lista das 7 empresas estatais que encabeçam as 50 maiores empresas que operam no país. Os dados são da Fundação Getúlio Vargas e o critério de classificação é o do patrimônio líquido. Das multinacionais, o primeiro lugar cabe à Mercedes Bens do Brasil que ocupa o 8º lugar entre as 50 maiores. As nacionais são lideradas pelas Indústrias Votorantim que ocupa o 11º lugar na classificação geral.

Entre as 50 maiores, 20 são estatais, 19 estrangeiras e 11 nacionais privadas. A segunda maior empresa nacional pula no entanto para o 20º lugar na classificação geral. A FGV informa ainda que as estatais continuariam encabeçando a lista pelo critério da lucratividade.

## Quanto se ganha na crise

A análise dos balanços de 1600 empresas que operam no Brasil, realizada pela revista "Exame" indica que na crise os lucros continuam crescendo. As empresas nacionais cresceram 9,8% no período. As estrangeiras, 4,6% e as estatais 4,4%.

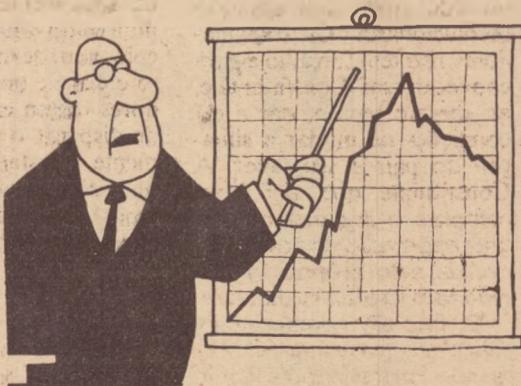
Só para se ter uma idéia mais precisa, apenas os 300 maiores grupos nacionais privados auferiram a vultuosa soma de 480 bilhões de cruzeiros de lucros, isto é mais do que o dobro dos déficits da Previdência Social, e uma receita líquida de 57,3 bilhões de dólares, isto é, duas vezes o valor total das exportações brasileiras previsto para esse ano.

## Salário mínimo cai

Os salários mínimos não serão mais reajustados pelo INPC segundo declarações do Ministro Murilo Macedo. A lei em vigor prevê um reajuste de 110% do INPC para os trabalhadores que ganham até três salários mínimos embora já esteja sendo desrespeitada na prática como aconteceu em maio último, quando o maior salário mínimo, válido para as regiões sul e sudeste e Distrito Federal, foi reajustado em apenas 100% do INPC. Se esse mesmo critério fosse adotado agora, o maior mínimo seria de Cr\$ 12.273,60 caso a lei fosse cumprida.

## Plebiscito contra os trabalhadores

E os empresários continuam batendo firme na tecla da mudança da lei salarial. A Conferação Nacional da Indústria está fazendo um plebiscito nos vários Estados e desde já sua diretoria está propondo a queda do índice de produtividade previsto na lei. O ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio ratificou publicamente esta proposta. A secretaria do Planejamento, por sua vez descobriu que a semestralidade do reajuste pode ser modificada sem passar pelo Congresso. Até o ministro Jair Soares da Previdência veio botar a culpa no reajuste de 110% do INPC para os aposentados até três salários mínimos pelo déficit da previdência. Sem falar na FIESP e na Federação Nacional de Bancos que continuam na campanha a todo vapor.



## PP: oposição até 82

*"Muitos dos nossos não entendem a posição do Tancredo. É claro que até as eleições ele tem que ser da oposição, pois o que ele ganha não sendo?"* (do ex-chefe do Gabinete Civil, general Golbery dita em uma roda de amigos no mês de agosto).

## EDITORIAL

## O PT, a Constituinte e a Revolução

A crise do regime aguça-se, os casuísmos eleitorais não impedirão nova derrota eleitoral do governo, exceto se o processo for completamente adulterado. Nesse caso, aumenta mais ainda a ilegitimidade da situação.

O PT não pode responder a isso apenas com a Greve Geral e as lutas reivindicatórias aprovadas na CONCLAT. Precisamos apontar uma saída para a crise política do regime.

E aqui, não é apenas uma questão de que se não assumirmos essa luta, outros o farão.

Esse aspecto é importante e devemos tê-lo presente. Mas, o PT deve assumir a luta pela Constituinte como sua, não pelo temor aos liberais, mas pela correção e justiça da luta pela democracia ser hegemônica pelos trabalhadores.

É o PT e os movimentos populares que poderão dar real substância transformadora para a luta por uma Constituinte livre e soberana. Uma luta pela Constituinte que abra espaço para se vincular as lutas cotidianas dos trabalhadores com a questão do poder político, para se colocar de forma prioritária e inequívoca o problema da terra, do controle sobre as condições de produção nas empresas privadas e públicas nas mãos dos trabalhadores, para o problema da nacionalização do capital estrangeiro nos setores básicos da economia, para a necessidade de estatização do setor financeiro etc.

A vinculação dessas questões com a discussão e luta por uma Constituinte é que lhe dará substrato social nas classes populares retirando-a do campo meramente jurídico em que se encontra.

É comum dentro do PT aparecerem argumentos contra a Constituinte, baseados no fato de que não estamos vivendo ainda uma situação revolucionária. Os trabalhadores não têm força hoje para convocar uma Constituinte e, ao mesmo tempo, dar a ela condições de mudar a situação do país a seu favor. A Constituinte que vier hoje, completa o argumento, seria uma enganção do povo, convocada pelo próprio Figueiredo para legitimar a ditadura.

De fato não estamos numa situação revolucionária. Tomando emprestado de Lenin a caracterização das condições maduras para a revolu-

ção, uma situação revolucionária ocorre quando classes dominantes já não conseguem mais governar devido ao grau de decomposição de seu aparato de estado; as classes dominadas já não aceitam mais se submeter à antiga ordem e serem governadas; e por fim a presença de um partido do proletariado capaz de dirigir a tomada do poder.

A situação de crise atual do Brasil, é óbvio, está longe assim de atingir um caráter revolucionário. Pode-se quando muito constatar algumas características desiguais e longinquamente assemelhadas: pelo lado das classes dominantes, é verdade que o governo militar burguês atravessa uma profunda crise em vários planos e esbarra em enormes dificuldades internas e objetivas para estabilizar seu projeto de "abertura"; pelo lado do povo cresce a oposição, mas depois das explosões grevistas dos últimos anos só agora começam os trabalhadores a preparar novos avanços na sua organização nacional; e por fim o PT surge e se desenvolve como um partido capaz de vir a se tornar uma direção para os explorados, mas ainda com um longo caminho a percorrer.

No entanto, ao contrário do que pretendem os críticos da Constituinte, é justamente numa situação revolucionária que a bandeira é inútil. Pois aí, dado o grau de decomposição das classes dominantes e de consciência e organização das classes dominadas, o que muito provavelmente se colocaria é a disputa direta e aberta do poder pelos trabalhadores. E mais, através de formas mais avançadas de organização do poder e não por meio de uma Constituinte.

É justamente para fazer avançar uma situação de crise como a que o Brasil se encontra atualmente em direção a uma outra onde os conflitos se coloquem de modo mais aberto e claro e onde os trabalhadores tenham então condições de disputar o poder propriamente, é justamente para isso que serve a luta pela Constituinte hoje. Ou seja, uma forma de alternativa de poder adequada ao nível da consciência das massas e correlação das forças. Capaz de isolar o regime e suas bases de sustentação e de por em marcha um processo de luta que abra espaço para uma nova situação.



Homens que fazem o Brasil grande

## Ministro-general de Exército Valter Pires de Carvalho e Albuquerque

O general Pires ministro do Exército é, sem dúvida, um homem bem coerente. "Estaremos sempre solidários com todos aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas de armas na mão, para que a nação não fosse levada à anarquia" afirmou em seu discurso de posse. E o general cumpriu o que disse, revelando-se ao longo desses anos o protetor maior de todos os torturadores e terroristas.

Em fevereiro de 81, Valter Pires veio a público defender os torturadores que violentaram e torturaram a presa política Inês Etienne em uma casa em Petrópolis, que servia de sede clandestina do DOI-CODI. O Exército, em nota oficial, acusou a imprensa de "denegrir a imagem da instituição militar", de dar publicidade "às malévolas insinuações suscitadas por contumazes sublevadores" e justificou as torturas praticadas pela "verdadeira operação de guerra" em que os militares viram-se envolvidos. O caso, diante da reação conjunta das três Forças Armadas capita-

neadas pelo Exército, foi praticamente arquivado.

Ministro exemplar, constantemente preocupado em ressaltar a honra das Forças Armadas, o general está sempre disposto a recorrer à força para evitar que "insinuações malévolas passem por verdade". Foi assim no episódio do Riocentro, quando o 1º Exército forçou a rede Globo a alterar um vídeo-tape com tomadas de cena que provavam a existência de mais duas bombas no interior do Puma conduzido pelos militares. Foi decerto por amor à verdade que o coronel Luiz Antonio Prado Ribeiro, primeiro encarregado do IPM do Riocentro, foi pressionado a ponto de se afastar do cargo: que o tenente-coronel Nivaldo foi punido por protestar contra as conclusões do IPM; que três jornais da imprensa alternativa foram apreendidos.

Democrata convicto, esse respeitador da hierarquia acabou intervindo no Judiciário ao se insurgir contra o Brigadeiro Bierrenbach, quando do caso Riocentro, acusando-o de desrespeitar um coronel, o presidente do IPM.



Valter Pires

Homem de educação refinada — gosta de recitar Camões e de conhecer a história da família Garcia D'Ávila da qual é descendente — telefonou para o deputado Airton Soares, que preparava um abaixo assinado de solidariedade ao Coronel Nivaldo, mandando-o à pqp.

Dono de tantas virtudes o ministro é, afinal, sincero. "Se cara feia é ser duro, eu sou", declarou. Enfim, um homem talhado para a função que exerce! (J.G.)

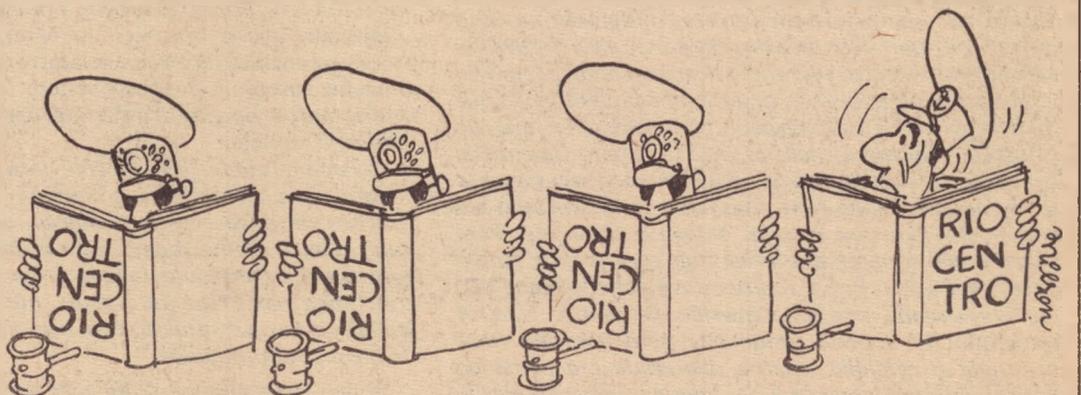
## Ponto de vista



- Vamos dançar um minueto, onde cada um sabe onde põe o próprio pé, cuidando para não colocar o seu no lugar reservado ao do vizinho (Del-fin Neto, 140 Kg, comentando sua relação com Aureliano, 120 Kg).
- O importante desde já é mobilizar todas as forças políticas do país em torno da necessidade de garantir a realização das eleições em 1982 (Partido Comunista Brasileiro, em editorial da Voz da Unidade).
- Eu não tenho a preocupação de

que o PT chegue a Presidente da República, achando, como dizem alguns, que a revolução tem que ser feita pelo voto. Que porra de revolução pelo voto! Se faz o voto, aí vem o milico, pega uma espingarda, dá um traque aí, pronto, cai todo mundo outra vez. Então minha preocupação não é brigar para ocupar o lugar do cara, mas preparar o povo pra assumir essa responsabilidade. (Lula, em entrevista à revista Carreta).

## SECÇÃO ESPECIAL DE JUSTIÇA



# Superior Tribunal Militar Almirante x Generais

Por Virginia Pinheiro

## Vai começar o quiprocó...

Desde a sessão do dia 2 de outubro, o tempo esteve quente do STM, Superior Tribunal Militar e por extensão, em pelo menos duas armas da República: a Marinha e o Exército. Essa sessão julgaria nova representação do corregedor geral da Justiça Militar, Célio Lobão, pelo desarquivamento do processo do Riocentro.

O ministro almirante, Júlio de Sá Bierrenbach que pedira vistas nos autos fez um voto-relatório, de hora e meia de leitura, surpreendentemente esclarecedor dos fatos e responsabilidades. Para além dos termos da representação de Lobão pedia ainda ação penal contra o capitão do Exército Wilson Luiz Chaves Machado, o suspeito principal que ainda não fora ouvido pela Justiça. (Ver matéria ao lado).

A surpresa no Tribunal foi tanta que o general Reinaldo Mello de Almeida levantou questão de ordem, tornando secreta a segunda parte do julgamento depois da leitura do relatório de Bierrenbach. O processo foi arquivado por 10 votos a 4. Com Bierrenbach votou apenas a Marinha na figura do almirante Andersen Cavacanti, nomeado ministro recentemente. Os dois outros votos favoráveis — dos ministros Deoclécio de Lima Siqueira e Gualter Godinho — se limitaram apenas aos termos do corregedor.



**Bierrenbach:**

"O IPM foi montado no sentido de que a verdade não aparecesse"

O voto relatório do Ministro Almirante Julio de Sá Bierrenbach, em 52 laudas datilografadas tem passagens contundentes. Citando a primeira parte do IPM conduzido pelo coronel Luiz Antônio Ribeiro do Prado que se afastou do inquérito e passou para a reserva em circunstâncias obscuras, afirma: "Nele se constata a existência de indícios suficientes de autoria para a propositura de ação penal". Com indícios de maior fragilidade, estudantes, professores, bancários, operários, religiosos e jornalistas já foram levados às auditorias, trazidos a julgamento por essa egrégia corte, por delitos muito menos graves".

Referindo-se à segunda parte dos autos, conduzida pelo coronel Job Lorena: "A simples leitura do IPM com suas inúmeras falhas, omissões, contradições e torceduras, nos leva à convicção de que o mesmo foi montado no sentido de que a verdade não aparecesse".

"O que não resta dúvida — observou o almirante — é que a bomba explodiu no colo do sargento Rosário. O estado em que ficou sem ventre, consignado no auto cadavérico, por dois médicos legistas e pela fotografia constante nos autos, cuja cópia distribuo neste julgamento aos senhores ministros, desfazem qualquer dúvida, que poderia haver a esse respeito. Lamentável é que na exposição feita aos jornalistas, pelo Exército, quando da conclusão do inquérito, a fotografia do corpo do sargento tenha sido projetada com uma faixa preta cobrindo seu abdômen. Para que a tarja? Indaga o almirante. Para cobrir órgãos genitais que teriam sido preservados, dando a entender que o baixo ventre estava perfeito e que não era apresentado por uma questão de moral? Não. A fotografia foi coberta justamente para que não fosse mostrada a genitália externa dilacerada e a perda da parede abdominal anterior e das laterais, com evisceração de todo o conteúdo abdominal que se apresenta inteiramente dilacerado, como consta do auto mencionado

e como qualquer leigo constata pela fotografia descoberta".

"Resta agora, prossegue o almirante — é apurar o que de fato estavam fazendo o capitão e o sargento no Riocentro, com aquela bomba nas mãos. O sargento morreu e o oficial sobreviveu. Se o morto fosse o oficial e o sobrevivente o sargento, este ainda poderia alegar que cumpria ordens daquele, isto é, do mais antigo, sem dar maiores esclarecimentos. O capitão Luiz Chaves Machado, entretanto, está vivo, e não pode deixar de ser ouvido em uma auditoria como acusado, a menos que o Ministério Público seja levado ao descrédito perante toda a Nação". E ressaltou: "Lamento muito, mas estamos diante de um crime dos mais nefastos, de terrorismo à beira da impunidade."

## A reação do Exército

Três dias depois, viria a reação dos ministros representantes do Exército no STM. O general Carlos Alberto Cabral Ribeiro, apoiado pelo general José Fragomeni — ambos chegados à linha mais dura — entrega nota à imprensa acusando o almirante Bierrenbach de denegrir o Exército brasileiro. Os generais Reinaldo Mello de Almeida e Dilermando Gomes Monteiro, castelistas, ficam do lado da corporação.

No dia seguinte, nova surpresa. O ministro do Exército Valter Pires, envia telex de apoio ao general Cabral Ribeiro, depois de longa conversa telefônica com ele. (Ao lado). O ministro interino da Marinha vem a público defender a independência dos poderes constituídos numa clara repreensão à atitude de Pires.



**Valter Pires:**

"Repudio as acusações gratuitas ao Exército cuja grandeza moral toda a Nação reconhece"

A nota para a imprensa distribuída pelo ministro general Carlos Alberto Cabral Ribeiro refere-se "às alevisias assacadas contra altos chefes militares e seus subordinados", responsáveis pela apuração dos fatos do Riocentro. "Não pretendemos, em hipótese alguma discutir o convencimento de Sua Exa, mas sim as expressões, frases e trechos em que Sua Exa, adentrando por um terreno absolutamente fora de suas atribuições fere frontalmente a instituição a que tão honrosamente pertencemos, com assertivas graves e levianas" (...) "Tais assertivas — prossegue o general — não poderiam jamais ser pronunciadas por um militar e muito menos por um ministro castrense, que procedesse como tal, pois as mesmas atingem frontalmente chefes militares, seus subordinados, a Procuradoria Geral da Justiça Militar e, por último, o próprio Superior Tribunal Militar".

Dizendo que o proceder do Ministério Público no processo é inatacável e que o relatório do almirante torna a nação insegura porque existem "maus brasileiros interessados na quebra da hierarquia e disciplina militares", conclui:

"Resta-me ainda e finalmente tornar bem claro que nesta egrégia corte castrense continuo como general-de-Exército da ativa e nesta condição, com este protesto, tomo o meu efetivo lugar junto à instituição ofendida injustamente, formando ao lado daqueles que merecem a confiança irrestrita da Nação, mantendo a crença inabalável nessa instituição com o apoio de nossos pares e de nossos subordinados."

Walter Pires congratula-se com a virilidade da defesa "Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa a fim de manifestar profundo reconhecimento por sua atitude

digna e desassombra, ao assumir a defesa de nossa instituição, vítima de graves e descabidas ofensas, que causaram a todos os seus componentes justa indignação. O gesto de V. Exa. que constitui expressiva e nobre demonstração de solidariedade ao Exército, cujos quadros V. Exa. honra e dignifica, representa justa reparação aos insultos proferidos de maneira insólita, fazendo crer busca de evidência e promoção pessoal por quem deveria ter inseqüência e seriedade. Em respeito à independência e harmonia aos Poderes constituídos, somente agora, após o pronunciamento viril de V. Exa., julguei oportuno tornar pública minha repulsa às gratuitas acusações ao Exército, cuja grandeza moral toda a Nação reconhece."

## Bierrenbach contra-ataca

O fato era absolutamente inusitado na história da República. Um almirante, amplamente respaldado na opinião pública nacional indignada com a farsa do Riocentro, acusa um coronel e um capitão do Exército e os generais reagem.

Os olhos se voltam para Bierrenbach. Ele afirma à imprensa que ainda não decidiu como proceder. Ao lado das inúmeras manifestações de apoio passa a receber também telefonemas anônimos e sua casa é cercada por estranhos, pressão evidente para ficar quieto. Finalmente, no último dia 9, decide responder reafirmando os termos do seu voto-relatório.



**Bierrenbach:**

"Só não processo os generais Cabral Ribeiro e Valter Pires por não achar esta atitude conveniente".

A resposta do almirante veio em 8 laudas datilografadas. Em primeiro lugar, diz que só não processa os generais Cabral Ribeiro e Valter Pires por não considerar essa atitude conveniente, e afirma: "Tinha plena consciência de que iria desagradar aqueles que, por vários motivos, preferiam ver o assunto encerrado. Paciência. O meu dever era julgar e fi-lo com minha consciência livre e diante do que encontrei nos autos."

Em seguida explica porque nunca iria retratar-se: "Retratar-me, por que? Em primeiro lugar já dissera e o repito, sem falsa modéstia, que me considero, dentre todos, o maior conhecedor dos autos do Riocentro e que em nada alteraria meu voto, que constará dos autos, para sempre in totum, como voto vencido. Em segundo lugar porque, a admitir uma retratação, seria preciso que eu não fosse, além de um juiz, um almirante e um Bierrenbach."

"É irrecusável, então, que S.Exa., o ministro Cabral Ribeiro, tão cioso em sobriedade e discrição, incidiu frontalmente em expressa vedação legal, dirigindo palavras injuriosas fora de seu voto a um de seus pares" prossegue o almirante sustentando-se na Lei Orgânica da Magistratura. "Onde o modo profundamente desrespeitoso com o qual tratei os chefes militares e por extensão, o Exército? Que chefes? Seriam por ventura, o segundo encarregado do IPM e o general, hoje na reserva que homologou a solução?"

Prosseguindo nesta linha de argumentação, conclui mantendo in totum seu voto relatório e repudiando a atitude do general Cabral Ribeiro pela leitura de sua nota no Tribunal "bem como os termos da mensagem a S. Exa. dirigida pelo Exmo. sr. general-de-Exército Valter Pires de Carvalho e Albuquerque, ministro do Exército, que deixou de ser correspondência particular no momento em que foi divulgada pelo Ministério do Exército e toda a imprensa brasileira."

Os choques entre os militares fazem parte da briga maior pelo controle do governo. Após a queda de Golbery, não se produziu ainda uma alternativa com força para se impor. A situação exige das classes populares e do PT uma atitude ofensiva, criando a sua própria alternativa de governo.

## A questão militar

### A crise paralisa o governo

Por Juarez Guimarães

O recente bate-boca entre ministros do Exército e da Marinha sobre o episódio do Riocentro no STM, demonstra o agravamento das divergências no interior das Forças Armadas. Exatamente ao contrário das afirmações de unidade e estabilidade do projeto de "abertura" que cercam a posse de Aureliano. Impasses, tensões, divisões são as cores predominantes num quadro de profunda crise do poder militar, do governo.

A renúncia de Golbery significou o deslocamento do centro do poder do articulador que melhor expressava a liderança do projeto de "abertura". O enfarte de Figueiredo logo após, precipitando definições, deixou um espaço vazio que ainda não foi ocupado. No precário equilíbrio de forças no poder ainda não se produziu uma alternativa de governo com legitimidade nas Forças Armadas e nas classes dominantes.

A coincidência do reaparecimento de Golbery na vida política do país — encontros com Geisel, empresários e governadores — com a posse de Aureliano leva alguns a estabelecer uma relação direta entre os dois fatos. Essa hipótese se fortalece com a primeira entrevista de Golbery após sua renúncia, afirmando que a posse de Aureliano representa a consolidação da abertura.

#### A unidade do Exército

Essa versão, no entanto, se choca diretamente com a realidade pois foi exatamente o grupo dirigente responsável pelo deslocamento de Golbery — Medeiros, Venturini, Pires — quem decidiu pela posse de Aureliano. O fato



Aureliano: entre o ridículo e a nulidade

deste estar isolado, sem nenhum poder concentrado em suas mãos, mostra onde as decisões estão sendo tomadas.

E, no fundamental, a versão superestima a força dos setores mais comprometidos com o projeto de "abertura" nos círculos do poder. O que ocorre, na verdade, é que a recomposição das forças mais reacionárias do Exército, através do militares mais ligados com os aparelhos de repressão, para se transformar em projeto de governo tem que antes vencer uma série de obstáculos.

Nos dois momentos chaves, na renúncia de Golbery e na posse de Aureliano, a

autoridade do ministro do Exército, reforçado pelo peso da disciplina e orientado para a coesão militar, parece ter sido o fiel da balança. No primeiro, o episódio do Riocentro desempenhou um papel fundamental e, a não punição dos militares diretamente envolvidos foi uma maneira de se resguardar a unidade do Exército já que os altos escalões também estavam envolvidos. Na sucessão provisória a Figueiredo, outra alternativa que não a saída constitucional e neutra de Aureliano, implicaria num choque de grupos que fatalmente dilaceraria o precário equilíbrio de forças no meio militar.

Mas Aureliano não é nem um mero e provisório continuador de Figueiredo, como ele próprio definiu a sua função. Em primeiro lugar, porque não há uma linha clara de governo e no PDS, nos ministérios, na condução do poder o quadro é tudo menos harmonioso e coerente. Em segundo lugar porque o vazio do Palácio do Planalto contrasta com o movimento de ministros e a sucessão de reuniões de cúpula na Gávea Pequena, onde Figueiredo, Danilo Venturini, Medeiros, Leitão de Abreu e Delfim traçam planos. O quadro é tão escandaloso que o presidente Aureliano chegou ao ridículo de telefonar ao colunista político Carlos Chagas, para lhe dizer que de fato estava no poder, detendo as decisões.

#### O ridículo de Aureliano

O quadro no poder se complica ainda mais com a confirmação da viagem de Figueiredo aos Estados Unidos onde se submeterá a uma operação de ponte de safena no coração enfartado. É provável que Figueiredo ficará afastado do exercício do poder por um período de seis a sete meses.

Com seu afastamento, os conflitos militares perdem o seu principal árbitro e mediador, posição que lhe é conferida pela condição de general-presidente. Assim, no curto prazo duas tendências são previsíveis: nos bastidores, o jogo do vale tudo, a conspiração, deve ganhar força; ao nível da política do governo, é provável uma paralisação no que toca aos assuntos mais importantes, com eventuais desencontros e choques públicos entre as várias instâncias de poder.

### Os "duros" avançam sobre o poder Obstáculos ao fechamento

A escolha de Figueiredo sofreu contestação aberta por uma frente que tinha no general Hugo Abreu — ex-chefe da Casa Militar de Geisel — o seu principal articulador militar e no general da reserva, Euler Bentes, o candidato à presidência. A candidatura Euler que chegou a estender suas raízes à oposição parlamentar, ao MDB, foi neutralizada por uma coesão em torno a candidatura Figueiredo que, ganhando o contorno de alternativa oficial, ultrapassava de muito os representantes militares mais alinhados com a estratégia da "abertura".

Assim, o governo Figueiredo traz em seu bojo a divisão que alimentou os principais momentos de choque militar desde 64, entre os adeptos da chamada linha dura e a linha castelista, embora com a liderança política desta última. Por exemplo, Válder Pires, atual ministro do Exército, intercedeu em outubro de 1975 junto ao então ministro Sylvio Frota para

que Golbery fosse destituído da chefia do Gabinete Civil do governo Geisel.

A dissidência Hugo Abreu-Euler Bentes, mesmo isolada, continuou a incomodar o governo Figueiredo nos anos seguintes. O primeiro chegou a ser preso duas vezes por seus ataques a "gang" do Planalto, passando à reserva em março de 1979, vindo a falecer posteriormente. A dissidência procurou ainda se reaglutinar por duas vezes: o lançamento do manifesto "Em defesa da Nação Ameaçada" em dezembro de 1980 no qual desempenhou um papel central o general Antonio Carlos Andrada Serpa, que viria a ser punido com o afastamento do Departamento Geral de Pessoal do Exército; e através do relançamento da Frente Nacionalista em abril de 1981 de poucas repercussões.

À "direita", o governo Figueiredo foi permanentemente pressionado pela escalada terrorista de grupos militares de ultra-direita, os quais

sempre contaram com inegável apoio até de alguns comandantes de Exército. A impotência do governo em golpear estas dissidências ou de, pelo menos, neutralizá-las ficaria patente afinal no episódio do Riocentro, quando foi importante a proteção a elas dispensada por Válder Pires, ministro do Exército.

Fortalecida pelo avanço da crise econômica e política, pelas crescentes dificuldades da estratégia de "abertura" a ultra-direita militar caminha para o centro do poder. O General Medeiros, do SNI, é o grande articulador dessa ponte e a promoção do general Coelho Neto — dos mais retrógrados e publicamente acusado de fazer parte do esquema terrorista — à chefia da secretaria-geral do Ministério do Exército é uma comprovação dessa tendência. A queda de Golbery e a sua transformação da condição de liderança do governo a dissidência pública é o sinal de que uma nova hegemonia militar está se gestando.

A recomposição da unidade no Exército para uma posição mais à direita entra em choque com a dinâmica da abertura mas não significa automática ou necessariamente um fechamento político. Simplesmente porque o governo é assentado no Exército mas é muito mais do que ele.

Como obstáculos ao fechamento, há a expectativa nos meios políticos pelas eleições de 82, a presença de ministros afinados com o projeto de "abertura" em vários setores, as divergências com as chefias de outras áreas militares, como a Aeronáutica, onde o brigadeiro Délio Jardim de Matos é sabidamente compromissado com o projeto de "abertura". Sem falar nos meios empresariais, que vem sendo há algum tempo estimulados a participar da política e a ter conhecimento dos riscos sociais de um fechamento político.

Este teria necessariamente que

passar por uma onde repressiva sobre o movimento operário-popular, mais profunda e traumática até do que a de 68. E, para isto, exigiria uma grande unidade nos meios governamentais, nas Forças Armadas e no empresariado.

O agravamento da crise e do desgaste do governo, a dificuldade da ditadura em controlar o movimento sindical e o próprio PT são fatores a empurrar as classes dominantes e o governo a uma solução deste tipo. As eleições de 82 serão, neste sentido, um momento decisivo.

Os liberais aparecem perdidos, após os fracassos das tentativas de chegar ao poder via o atalho das dissidências militares. Assim, para o movimento operário-popular assumir a ofensiva, criar uma alternativa própria de poder, mais do que simplesmente avançar, é a única maneira de defender os espaços democráticos já conquistados.

Dias 31/10, 1º e 2/11  
1ª Reunião do Diretório  
Nacional do PT

## Armar o partido prá luta

Cresce a expectativa em torno dessa reunião, pois ela pretende, passada a fase de legalização, lançar-se a fundo na real construção do PT. Aqui, nestas quatro páginas, uma contribuição do *EM TEMPO* aos desafios políticos, organizativos e ideológicos que hoje se colocam para o PT, um apanhado sobre como esta discussão vem se dando a nível dos estados e algumas opiniões de membros da direção do partido.



Retomar e generalizar as mobilizações do ABC (1º de Maio de 1981)

# 1 - Um PT para

## A força está na greve geral

Em meio a uma crise acentuada do projeto de "abertura", o PT acaba de conquistar sua legalização e vai agora partir de cheio prá luta política. Qual deve ser hoje o centro político da atividade do partido? Diante desta questão há várias respostas dentro do PT.

Para alguns, deve ser a eleição do ano que vem. Mas, rebate Jacó Bittar, Secretário Geral do Partido: "erguer as eleições como prioridade hoje é desconsiderar a própria natureza do partido que queremos. O PT tem ainda muito trabalho para se organizar efetivamente como um partido, para se massificar, nuclear etc. E mais, tem é que estar presente junto às lutas dos trabalhadores para os quais as eleições ainda não são uma questão concreta".

Na mesma linha a pré-convenção nacional do PT aprovou uma resolução onde se dizia explicitamente que o eixo central da atividade do partido hoje deve ser a luta contra o desemprego dentro da mobilização nacional na perspectiva da greve geral. E, desde então, a CONCLAT deu não só mais força como mais instrumentos para se levar adiante esta luta nacional.

O que o PT tem pela frente portanto não é uma questão menor. Pois no momento em que o partido sai da dinâmica internista a que foi obrigado pelas tarefas da legalização ele corre o risco de ser atraído por uma outra dinâmica, agora eleitoral, e se deixar absorver completamente por ela.

"Nosso partido é de luta na base, junto aos trabalhadores, e é nesta perspectiva que devemos

olhar para as eleições do ano que vem. É a partir daí que devemos definir prioridades a cada instante", afirma Ignácio Hernandez, presidente do PT mineiro.

É verdade que as eleições do ano que vem têm uma importância especial para o PT: o partido precisa obter pelo menos 5% da votação nacional para poder continuar existindo como um partido legal. Mas é mais verdade ainda que o movimento de massas, nas suas variadas lutas, tem uma importância primordial para o partido. Não apenas no sentido estratégico, de longo prazo, à luz dos princípios do PT. Mas também no próprio plano eleitoral, as conseqüências do ascenso ou descenso do movimento popular são, para o PT, mais do que para qualquer outro partido, fatais. Um movimento popular debilitado, desmoralizado, derrotado será muito mais vulnerável no ano que vem para a demagogia do PDS e a conciliação das oposições burguesas.

E o quadro atual do movimento popular é de impasse. A CONCLAT deu uma perspectiva e um grande alento ao movimento sindical e popular. Mas, pelo que já se pode constatar a esta altura, não deu direção, como afirmou Lula, num informe aos membros do Diretório do PT sobre a Comissão pró-CUT. E não há outra força capaz de ajustar os anseios do movimento expressos nas resoluções da CONCLAT — aos seus passos futuros que não seja o PT.

Ao PT cabe portanto, como tarefa política central hoje, precisar sua linha para deflagrar a mobilização nacional, desdobrá-

la nos encaminhamentos concretos a se seguir daqui para a frente etc. E mais: como a política não se faz sem meios para ação, ao PT cabe urgentemente também estruturar sua intervenção sindical sob pena de o partido ter as melhores propostas e ganhar, mas não levar nunca por falta de capacidade de intervenção política.

Não apenas no movimento sindical e na Comissão pró-CUT se coloca este problema. A plataforma aprovada na CONCLAT como resposta imediata dos trabalhadores à crise diz respeito a todos setores populares. E nestes outros planos populares também o PT tem que se armar de linhas concretas e estruturas de intervenção, como reivindicaram várias lideranças na convenção em Brasília. É o caso dos estudantes na UNE, dos vários movimentos urbanos etc. E, porque não, na própria frente parlamentar: o PT precisa organizar e centralizar sua ação neste terreno fazendo-a convergir também para o apoio à luta mais geral e prioritária contra o desemprego.

As eleições têm que ir já também ocupando seu espaço dentro das preocupações e debates do partido. Mas claramente subordinadas ao objetivo maior do momento que é organizar e mobilizar a resposta dos trabalhadores à crise que os patrões estão já despejando sobre eles. Pois é daí, tendo os pés calcados num movimento de massas combativo e organizado, que o PT e os trabalhadores retirarão força para enfrentar os generais e os patrões numa prova de forças.

# 2 - Um PT democrático mas centralizado

## O jornal é a peça chave

Na convenção nacional em Brasília foi já distribuído um panfleto anunciando o jornal nacional do PT. Uma comissão de trabalho da Secretaria de Imprensa está preparando um projeto a ser apresentado nos próximos dias à direção e que certamente será votado na reunião do Diretório Nacional. De fato, o jornal do PT é a peça chave, imprescindível mesmo, para que o partido consiga ter os instrumentos para levar adiante as tarefas atuais que tem pela frente, centralizadamente.

Como Lula tem dito, "o jornal é para ontem; temos é que botá-lo logo na praça, dentro

das nossas possibilidades atuais, e pouco a pouco irnos melhorando-o".

"Sem um jornal nacional o PT dificilmente se conformará como um partido real, e dentro do ritmo que a conjuntura vem cobrando. É assim o ponto primeiro das tarefas organizativas atuais. Sobre isto, o Diretório Nacional terá que resolver definitivamente, e prá já", afirma também Djalma Bom, presidente do PT paulista.

Noutra nível está a questão da filiação e nucleação massivas. Deliberada como resolução na pré-convenção nacional, o fato é que até agora não há nada sobre

a campanha nacional de filiação e nucleação. Apesar do consenso dentro do PT sobre a importância desta tarefa, ainda não há metas nem datas definidas. Assim, quando realizar convenções regionais nos estados que ainda faltam? Qual a meta de convenções municipais no interior de cada estado? Quanto por cento do eleitorado de cada diretório ter como filiados até o ano que vem? Quanto por cento destes filiados como nucleados? E por fim: como fazer com que a campanha de filiação e nucleação seja complementar com as tarefas políticas atuais e não se torne um fardo para os militan-

tes? Estas questões devem ser respondidas já pelo Diretório Nacional sob pena da campanha tornar-se letra morta e o partido perder o potencial que está aberto para seu crescimento.

Por fim, a questão financeira. O PT até hoje não tem a mínima estrutura para finanças. Em parte é por isso que o jornal tardou tanto. E agora com as eleições do ano que vem o problema se tornará ainda mais agudo. Também a montagem de todo o aparato de direção com sedes, secretarias, profissionais etc. não se faz de brisa. Em Minas e no Rio, as direções regionais começam já a estruturar um funciona-

mento financeiro calcado sobre um critério preciso de cotização de militância e campanhas extra de arrecadação. Em Minas, por exemplo, os militantes terão carteirinhas daqui prá frente e cotizarão regularmente como requisito básico para sua participação nas pré-convenções.

Por tudo isso, esta reunião do Diretório não pode passar sem um plano financeiro inicial para começar a dar estrutura e funcionamento ao partido nesta área. Pois ao contrário dos partidos convencionais, no PT o grosso do dinheiro terá que vir é dele mesmo.

## responder à crise da ditadura

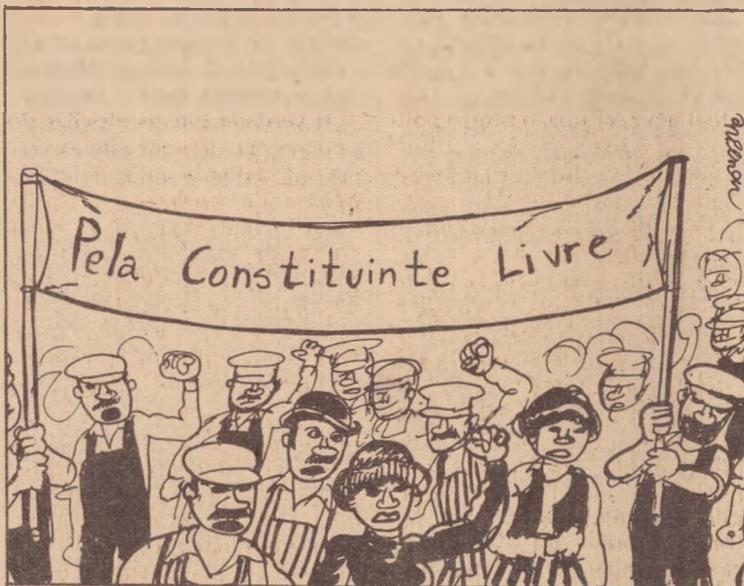
# A Constituinte na cabeça da plataforma nacional

A prioridade política do PT hoje é romper o impasse a que está chegando a organização e mobilização nacional contra o desemprego na perspectiva da greve geral. O eixo político central de suas atividades deve estar portanto no movimento de massas.

Dizer isto no entanto não é dizer tudo. As resoluções tiradas na CONCLAT, apesar de abrangentes, não configuram ainda uma plataforma completa para a luta nacional dos trabalhadores. E a questão do poder não está ainda desenvolvida como uma tática completa apesar da inclusão da Constituinte nas reivindicações aprovadas na Praia Grande.

Mais do que isso, as eleições do ano que vem estão aí a colocar de modo incisivo a necessidade das forças políticas apresentarem suas alternativas de programa e poder. Frente a isso o PT se defronta com uma tarefa imediata: desenvolver sua plataforma nacional, como resposta geral dos trabalhadores à crise por que passa o país.

A plataforma, como instrumento atual de luta, não pode ser o simples programa da sociedade socialista que o PT pretende construir. É claro que é necessário propagandar o socialismo que queremos, mas isso não pode se confundir com as propostas de luta para o hoje, aqui e agora. Por outro lado a plataforma não pode se resumir a um somatório das lutas específicas que os vários movimentos popu-



lares estão travando hoje pelo país a fora.

Ela tem que cumprir um triplo papel: partir das lutas específicas atuais sintetizando-as num todo coerente de reivindicações; dirigi-las através de uma tática política precisa no rumo da derrubada da ditadura e da conquista do poder pelos trabalhadores; e colocar já as medidas que um futuro governo assumiria para garantir as reivindicações imediatas dos trabalhadores e ampliá-las rumo à sociedade futura. Ou seja: **partindo** das lutas atuais, **como** chegar ao poder e, chegando lá, **o que** fazer.

### Reformismo e doutrinismo

O programa do partido aprovado no ano passado é insufi-

ciente como resposta a estas questões. Lá estão definidos apenas os objetivos gerais do PT, concepções de relacionamento com os movimentos sociais e um plano de ação imediato que sintetiza as lutas atuais dos trabalhadores.

Mais grave do que esta insuficiência é o descompasso surgido, agora, entre o PT recusar a bandeira da Constituinte e ela ter sido assumida pelo movimento de massas através da CONCLAT.

Algumas propostas de plataforma que começam a surgir no debate dentro do partido mostram bem as dificuldades de resolver esta questão da plataforma sem a Constituinte. No caso do Diretório Regional pau-

lista, uma consulta às bases que acaba de ser enviada aos núcleos é sintomática.

Afirma-se no texto que a plataforma necessária não é nem as reivindicações isoladas nem o programa socialista. Deve ser algo intermediário. Até aí correto. Mas em seguida, na medida em que não se apresenta nenhuma alternativa de poder, de como chegar até a substituição do regime militar por um governo surgido da mobilização popular, a proposta cai no vazio. Ou o que é pior: corre o risco de, indo mais além das reivindicações imediatas mas não chegando ao programa máximo do futuro governo, enveredar por uma linha de ilusões sobre mudanças sob pressão nos pilares mesmos de sustentação da atual ordem política, econômica e social. Ou seja, o risco de uma definição reformista.

Noutro extremo está uma proposta lançada há tempos pelo jornal **O Companheiro**. Igualmente resistente à Constituinte, mas mais precavido quanto aos perigos do reformismo, a plataforma lá sugerida termina sendo nada mais do que o programa de realizações imediatas do futuro governo surgido da derrubada da ditadura. Mas pergunta-se: como chegar lá? Simplesmente não há nenhuma resposta sobre o caminho para levar a mobilização popular a por em questão a ditadura e se colocar a tomada do poder.

O PT tem que aproveitar o momento das eleições para se

mostrar como a alternativa à ordem que aí está. Como a força política capaz de reunir as reivindicações mais sentidas as massas e dar a elas um rumo contra a ditadura militar por meio da luta por uma Constituinte livre e soberana. Constituinte diferente daquela panacéia jurisdicista apresentada pelos liberais na medida em que se escora na garantia de uma plataforma de realizações a ser executada pelo governo surgido da mobilização popular e da derrubada do regime militar.

### A questão do poder

Alguns membros da direção nacional do PT já se mostram sensíveis à rediscussão da Constituinte. Lula, recentemente, diante do fato da CONCLAT tê-la assumido, já se revela mais aberto à discussão, sobretudo coerente com sua idéia de que o PT não pode recusar as reivindicações assumidas pelo movimento popular. Francisco Wefort, também membro da Executiva Nacional do PT, declarou ao **EM TEMPO** recentemente: "acho oportuno reabrir este debate. Não sei se assumiremos ou não a Constituinte, mas esta discussão tem a virtude de por na ordem do dia a questão do poder, diante da qual o PT tem que dar uma resposta. Pois não podemos ficar atuando somente por baixo, e os liberais, a seu modo e com suas propostas, capitalizando por cima, no plano institucional, a crise do regime e de sua "abertura"."

## 3 - Um PT rumo à definição socialista

# Começar pelo discurso de Lula

Na convenção nacional do PT a questão do socialismo foi o ponto alto do discurso de Lula e marcou um grande avanço na definição ideológica do partido. Abre-se agora todo um campo de discussão e definições que teremos que saber tratar passo a passo com nossa intervenção concreta no movimento de massas.

Nem todos os petistas assumem hoje conscientemente o discurso de Lula. Outros, talvez discordem de algumas colocações sobre o socialismo esboçadas pelo presidente do partido.

Outros mais, sem discordar, podem ainda achar que determinadas precisões são necessárias.

Enfim, agora é que o debate vai mesmo começar sobre este terreno do tipo de sociedade que deseja o PT.

Cabe assim ao Diretório Nacional organizar esta discussão. Por um lado, evitar que o discurso da convenção se perca no esquecimento. Por outro lado, contornar a pressa de alguns em avançar afoitamente neste terreno: nem esta é a questão atual prioritária para o partido nem

ele está maduro já para pretender esgotar o assunto.

É hora de organizar o debate ideológico. Programar textos — a começar pela edição oficial do discurso sob várias formas — momentos e instâncias próprias para o debate, organizar o material doutrinário e sobre outras experiências passadas e atuais de lutas dos trabalhadores no Brasil e no mundo etc.

Enfim o PT tem que incorporar o debate ideológico como uma dimensão regular de sua vida partidária.

### Mais um lançamento do jornal



*Uma discussão de grande atualidade: a construção do PT frente à concepção marxista de partido revolucionário.*

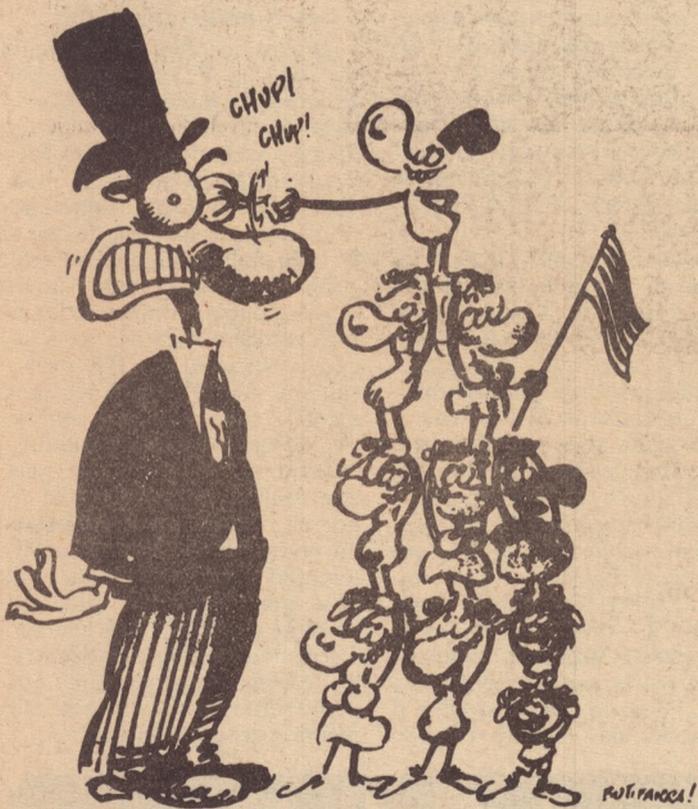
À venda na sede e sucursais - Preço Cr\$ 100,00

## Tática eleitoral do PT

A função de uma tática eleitoral é orientar o partido no encaminhamento de todas as questões presentes no processo das eleições. Desde os procedimentos para a formulação das plataformas — da municipal à nacional — passando pelos critérios de escolha de candidatos e chegando até a campanha eleitoral propriamente dita.

O PT já aprovou na sua pré-convenção nacional alguns elementos de tática eleitoral para o ano que vem e vai agora, até janeiro, completar e fechar a nível nacional suas definições neste terreno.

Aqui, algumas indicações sobre como o tema está sendo tratado a nível dos estados.



Rio Grande do Sul

### O prioritário é a nucleação

No último dia 3, o Diretório Regional gaúcho reuniu-se e aprovou encaminhamentos importantes acerca da discussão eleitoral no estado. Entre eles se destaca: o lançamento de candidatos, em todos os níveis, deverá ser precedido por um amplo debate nas bases do partido, e o fundamental, antes dos candidatos, é elaboração de programas de governo nacional, estadual e municipal; a definição da tática eleitoral no estado dar-se-á em plenárias municipais entre os dias 1 e 13 de dezembro e a definição regional sobre eleições será em uma plenária regional, no dia 9 de janeiro de 82; deve-se agilizar a propaganda de pontos programáticos e de lutas específicas que o PT apóia e intervém, ligando-os à questão eleitoral; e o Diretório definiu, o que é muito importante, que mesmo durante o processo de discussão eleitoral, o fundamental é o partido continuar o processo de nucleação, organização das suas finanças, e da sua intervenção nas lutas dos trabalhadores, destacando-se aí o apoio aos colonos de Ronda Alta e a participação no ato de 16 de novembro, definido na CONCLAT.

A discussão sobre eleições, nessa reunião do Diretório, foi muito polêmica,

surgindo três documentos para o debate sobre tática eleitoral. Como a discussão tinha caráter inicial é evidente que nenhum deles foi aprovado, mas todos eles deverão descer às bases para que a discussão seja ampla e democrática. Raul Pont, vice presidente, em um dos documentos, de sua autoria, afirma que o fundamental sobre a tática eleitoral a ser adotada para o estado e nacionalmente é que esta seja elaborada a partir de uma discussão nas bases do partido, procurando extrair pontos programáticos que atendam às especificidades regionais, sem quebrar o programa amplo e nacional do partido.

Por outro lado os recursos financeiros para as eleições deverão ser socializados, impedindo assim a prática de propagandas individuais. Por fim o dirigente gaúcho afirma que "o PT deve ser ousado no debate público com os outros partidos, buscando afirmar e clarear pontos programáticos, que elucidarão as acusações de divisões que nos são lançadas por outros partidos, pois deixaremos claro que, quando existem divisões, elas se dão em cima de interesses de classe divergentes".

## Coligações? O PT na faixa própria contra o oportunismo e sem sectarismo

O PT aprovou na sua pré-convenção nacional que lançará candidatos próprios a todos os níveis e para todos os cargos. No caso das eleições para os cargos majoritários — governador, senador e prefeitos — a resolução aprovada foi necessária como afirmação política do partido mas não é ainda suficiente para resolver a maneira pela qual o PT deve encaminhar o problema.

Deixando de lado como escolher internamente seus candidatos, uma questão já vem se colocando em vários estados: como responder à proposta de coligações pela "unidade das oposições" principalmente no caso dos governos estaduais?

Frente a esta questão o PT tem que evitar a todo custo dois desvios: o sectarismo e o oportunismo. O PT não pode ser sectário e sair com seu candidato próprio sob a bandeira do **combate à ditadura e às coligações, do voto contra o regime e os partidos da oposição**, colocados no mesmo nível. As massas não vão entender porque, por exemplo no Rio Grande do Sul, Pedro Simon, do PMDB, e o representante regional da ditadura devam ser combatidos como inimigos iguais.

Por outro lado o partido não pode cair no oportunismo e, porque as massas hoje preferem Pedro Simon como favorito das oposições gaúchas, apesar do PT não acreditar no PMDB como solução para os problemas que afligem as massas, entrar numa coligação com Pedro Simon e comprometer-se com ele e seu programa.

O caminho do PT está numa

tática que lhe permita ser positivo e ofensivo neste terreno, à luz de suas propostas e métodos de encaminhamento para a formulação do programa e escolha do candidato, e ao mesmo tempo propicie que as massas avancem seu nível de compreensão da realidade e das diferenças entre as várias propostas políticas.

Em primeiro lugar é importante que o PT surja já e com ousadia neste espaço político. Não através da afoiteza eleitoral em prol de seu candidato, como estão fazendo os outros partidos, mas autoconfiante em sua proposta política para o momento que vivem as massas populares. O partido tem que surgir acreditando, e fazendo crer, que sua plataforma nacional — combinada aos programas estaduais ou municipais, conforme o caso — é hoje a resposta correta e necessária dos setores populares à situação de crise que vive o país. É ela, e somente ela, que pode propiciar o caminho para que os trabalhadores resolvam de modo efetivo seus problemas. O partido tem que surgir portanto, antes de mais nada, como o portador das tarefas necessárias ao momento, do ponto de vista dos interesses populares.

Isto posto, é através destas tarefas — da plataforma — que se coloca para o partido a questão de uma real derrota da ditadura. E é através dos métodos públicos, e sem condições prévias de discussão de um programa completo de governo e da escolha de nomes para a candidatura que interesse aos setores populares, é através desta tática, que o

PT responderá à suposta "unidade das oposições".

Certamente nenhum dos partidos de oposição com seus candidatos "naturais" passará por tais critérios. No entanto não basta que o PT tenha claras as diferenças entre suas independência política de classe e o colaboracionismo, a conciliação, a enganação dos demais partidos da oposição burguesa. As massas não sabem ainda, concretamente, destas diferenças e é por isso que os candidatos da oposição burguesa são os favoritos e não os nomes do PT, pelo menos na maioria dos estados. Isto, porque o PT é um partido que ainda está nascendo.

Por isso o PT precisa se armar de uma tática que permita que um grande número de eleitores — a massa dos trabalhadores — avance sua consciência política, perca suas ilusões, nos partidos burgueses e, por decorrência, fortaleça o seu partido.

O PT deve portanto pré-lançar já, o quanto antes, seus candidatos aos governos, em cima da necessidade de uma candidatura que empunhe a plataforma hoje necessária para a solução dos problemas populares. E deve ao mesmo tempo desafiar os demais partidos a um debate público sobre o que o PT entende serem as necessidades da oposição do ponto de vista dos trabalhadores. Enfim o partido tem que entrar ofensivo e positivo, e já, neste espaço político. E, ao mesmo tempo, não somente aberto mas desafiante frente aos demais partidos. O PT não pode mais adiar este problema sob pena de uma acomodação oportunista frente ao jogo dos demais partidos.

São Paulo

### Lula é o favorito

A orientação da Executiva Regional paulista sobre a questão eleitoral é de até o dia 10 de novembro todos os núcleos e diretórios do PT discutirem e definirem sua posição sobre a plataforma nacional eleitoral para o partido, tendo como base um caderninho elaborado pela Executiva Regional. Marcou-se para o dia 12 de dezembro uma pré-convenção regional, onde se aprovará uma proposta de Plataforma Nacional e Regional e as táticas eleitorais para o estado.

Enquanto isso, Djalma Bom, presidente do partido em São Paulo, enfatiza a importância das bases discutirem um projeto de plataforma nacional, estadual e municipal para que a decisão da direção seja representativa e democrática. E salienta que, no momento, essa discussão é mais importante do que a escolha de candidatos ao governo do estado, já que estes só serão escolhidos à luz de um programa. Djalma afirmou, também, que tanto para a direção estadual, quanto para a base, "Lula é o candidato natural do PT a governador, porém que não devemos descartar outros nomes como o de Hélio Bicudo, Eduardo Matarazzo Suplicy e Aírton Soares".

Rio de Janeiro

### Lisâneas Maciel pode ser o candidato

A elaboração e discussão de uma plataforma eleitoral também começa no Rio de Janeiro. Uma comissão vai apresentar até final de outubro uma proposta de programa e uma lista preliminar de candidatos para o estado. E em novembro uma pré-convenção estadual definirá a posição final do partido diante da questão.

No plano das candidaturas ao governo do estado as discussões se acenderam agora com a entrada no PT do ex-deputado cassado Lisâneas Maciel. Ao igual que em outros pontos do país o PDT vem vazando água velozmente e no Rio acaba de perder para o PT na figura de Lisâneas um de seus grandes nomes.

Notório e corajoso defensor dos direitos humanos, desde a época em que o grupo autêntico do antigo MDB fez sua hora no Congresso Nacional — o que lhe cassação pelo general Geisel — Lisâneas vinha insistindo nas chances do PDT assumir um caráter verdadeiramente popular, apesar de vários integrantes de sua equipe já estarem há muito no PT.

O Rio se defrontava com o problema do nome para a candidatura ao governo

do estado. Apolônio de Carvalho, membro da direção nacional do partido não se dispunha. Alguns sugeriam o nome do ex-líder estudantil Vladimir Palmeira. Agora, ao que tudo indica, o quadro pode se alterar e se definir com a presença de Lisâneas.

Outro ponto das discussões (e também dos boatos) no Rio é a possível entrada de Prestes e Cia. no PT. E como entre os fatos e os boatos há uma larga distância, a Executiva Regional, através do seu boletim, esclareceu oficialmente que de fato foi procurada por membro do grupo de Prestes para uma reunião. Mas o que ela fez, até agora, foi propor uma data para uma reunião, com pauta definida, mas que ainda não ocorreu e que, quando ocorrer, seus resultados serão divulgados às bases. A Executiva Regional reafirmou, também, que todo aquele que se comprometer com o Programa, Estatuto e com a construção de um PT democrático, combativo e de massas será bem-vindo em suas fileiras, e que a sua entrada não se dará via conchavos, pois esse não é o método de atuação de um partido de trabalhadores.

# Minas Coligação fora de cogitação

“ Em Minas uma coligação com os outros partidos de oposição para o governo do estado já é uma possibilidade descartada”, afirma um documento recentemente aprovado pela Comissão Executiva regional do PT, e que irá servir de orientação para o debate sobre a tática eleitoral do partido culminar numa pré-convenção já convocada para o dia 2 de novembro próximo.

Talvez seja em Minas onde a discussão pública do PT com os demais partidos da oposição sobre o problema eleitoral mais tenha se desenvolvido. Vários encontros ocorreram, assistidos publicamente pela imprensa, onde os partidos fizeram suas propostas cada um ao seu estilo. E, finalmente, como era de se prever, a “unidade das oposições” não passou de demagogia oportunista e eleitoreira do PMDB e do PP, contudo o PT aproveitou do momento e o espaço para capitalizar sua proposta frente à opinião pública.

O resultado deste processo está agora no documento acima mencionado e que esta semana baixará às bases para a discussão.

O primeiro ponto do documento informa sobre as conversações com os partidos de oposição e dá a posição do PT: a

unidade que queremos na luta contra o regime é aquela que serve à luta dos trabalhadores. Mas o que os partidos ditos de oposição querem é o apoio nosso a seus nomes os quais, notoriamente não têm o mínimo compromisso com as lutas populares. A esta unidade dizemos não.

Num segundo ponto vem uma análise da situação atual do país e uma sugestão de itens para a

discussão: sobre o caráter do atual governo e de seu partido, sobre a importância da organização pela base, a partir dos locais de trabalho e moradia, como forma do povo criar força para a destruição do atual estado de coisas; sobre o caráter do PT como alternativa real de organização independente dos trabalhadores.

Em terceiro lugar o documento esboça em linhas gerais o que seria um programa contra a dita-

dura militar e por um governo dos trabalhadores e indica como concretizá-lo a nível estadual, municipal e como adequá-lo ao trabalho no plano parlamentar. No nível estadual aparecem questões como a desativação dos DEOPS, a fiscalização do povo sobre as delegacias, o fim do segredo comercial nos negócios públicos etc. No nível municipal sugere uma série de procedimentos sobre como tornar a adminis-

tração das prefeituras aberta à participação popular.

Este ponto trata ainda alguns procedimentos de campanha como o controle do partido sobre os candidatos e a solução desde já do problema financeiro.

Por fim um último ponto trata das coligações. A nível do governo do estado, como dito anteriormente, a possibilidade está descartada. Mas a nível municipal, embora a orientação seja do PT lançar candidatos próprios, a possibilidade está em aberto para ser verificada. Para isso a questão do programa voltado efetivamente para os interesses dos trabalhadores é a primeira condição. Em segundo lugar um método democrático e aberto de concretização deste programa e escolha de nomes. Em terceiro a condição de que qualquer nome coligável deve apresentar condições garantidoras de seu compromisso junto aos interesses populares.

A nível geral a grande discussão agora no PT mineiro é o do nome que será o candidato do partido ao governo do estado. Ao mesmo tempo abre-se também um processo de concretização da tática eleitoral para a qual já há alguns elementos de partida (ver abaixo).



## Um exemplo de tática eleitoral

### 1 Número de votantes

Estimativa dos votos válidos para as eleições de 82 levando-se em conta o crescimento do eleitorado com relação a 78, a abstenção, os votos brancos e os nulos (no caso mineiro, 5 milhões de votos, 77% do eleitorado estimado).

### 2 Coeficiente eleitoral

Supondo que as regras do jogo permaneçam as mesmas em vigor atualmente, o coeficiente é o número total de votantes dividido pelo número de eleitos para deputado federal e estadual (no caso mineiro 110.000 e 70.000 votos respectivamente). É o número de votos na legenda necessário para se eleger um candidato.

### 3 A formação das chapas

Para ganhar o registro definitivo o PT precisa obter nas eleições de 82 5% dos votos nacionais distribuídos em pelo menos 9 estados com 3% em cada um. Para que Minas possa ser contado entre estes estados o PT terá que obter no estado pelo menos 150 mil votos (3%). Se o partido em Minas não quiser onerar o conjunto na obtenção dos 5% nacionais ele

Sob o título “Eleições de 1982: Algumas observações sobre a participação do Partido dos Trabalhadores” o petista mineiro Virgílio Guimarães de Paula, membro do Diretório Nacional, lançou há tempos atrás um documento sobre a tática eleitoral do PT no estado para o Legislativo. EM TEMPO já de um apanhado extenso deste documento (ver edição nº 120). Mas dada a oportunidade desta discussão a nível nacional e a ausência de outras contribuições sistemáticas sobre o tema, voltamos aqui a apresentar um roteiro de como a discussão é proposta neste documento.

terá que obter no estado pelo menos 250 mil votos (5%). Mas a meta mineira deve visar contribuir para cobrir déficits em outros estados; daí um bom número seria 350 mil votos (7%). Isto seria a “bandeirada”, o mínimo dos mínimos. A meta política talvez fosse mais do dobro, 800 mil votos (16%). Mas não é fácil, conclui Virgílio: o conjunto dos candidatos “populares” em Minas, em 78, não obteve mais do que 120 mil votos. Assim a tática baseia-se na meta mínima dos 350 mil votos.

### 4 Metas eleitorais

A chapa para vereadores na capital deve ser a máxima: o triplo dos 21 cargos em disputa. É fácil obter candidatos em grande quantidade e pode-se assim ter nomes saídos dos vários movimentos populares. Além disso, nas capitais o voto para as câmaras é disputadíssimo e, desta forma, as chances da legenda petista seriam aumentadas.

Para os municípios do interior talvez não haja esta necessidade. Há que ver caso por caso.

Para deputado federal e estadual o máximo possível é o dobro dos cargos (no caso mineiro 96 e 152

candidatos respectivamente). Se o PT lançasse chapas completas a estes níveis, para se alcançar os 350 mil votos (7%) precisaria de obter em média 2.300 votos nos estaduais e 3.650 votos nos federais. Mas a chapa completa de 248 pessoas (96 + 152) pode não ser fácil de se conseguir montar e levar até o final.

No caso mineiro a meta razoável parece se situar em torno de 2/3 da chapa completa: 91 a estadual e 58 a federal o que daria uma média de votação de 3.850 e 6.000 votos respectivamente. São metas razoáveis e alcançáveis através de uma chapa capaz de cobrir bem o estado.

### 5 Finanças

O custo financeiro do voto é também uma outra consideração para se ter uma chapa a maior possível: aparentemente, o custo por voto, por candidato, é crescente. Um candidato pode ter 500 votos sem gastar nada (só na base dos conhecidos), pode ter 2 mil votos gastando Cr\$ 200 mil (Cr\$ 100,00 por voto), mas este mesmo candidato não consegue ter 4 mil votos gastando apenas Cr\$ 400 mil. Para isso ele vai ter que gastar muito mais com

propaganda, viagens etc. Como o PT dispõe de poucos recursos é fundamental o aproveitamento desta capacidade de captação de votos (e de trabalho político de massas) por menor custo unitário que uma chapa maior proporciona.

### 6 Campanha unificada

A campanha eleitoral do PT deve ser a mais unificada possível. A imagem do PT enquanto partido parece ter um apelo muito maior do que qualquer candidatura individual em nosso estado. Financeiramente também sai mais barato concentrar a propaganda no PT ao invés de reproduzir intensivamente as características de cada nome em particular. A idéia é a de fixar em termos amplos a imagem do PT e, em cada local, em cada movimento, termos os nomes capazes de captar ali os frutos eleitorais desta imagem.

Esta idéia poderia levar a que, por exemplo, na região da Grande Belo Horizonte o PT lançasse cerca de 30 candidatos a deputado estadual. O custo seria barato dado a propaganda geral do PT, os nomes saídos das bases palmilhariam a teia social e

geográfica da região, não deixando escapar nenhum voto potencial.

### 7 Filiação, nucleação e lutas

A filiação e nucleação em massa e a implantação do partido nas lutas sociais são fundamentais. Não apenas para aumentar as chances eleitorais, mas para que um conjunto expressivo de militantes se disponha a engrossar a grande chapa de que precisamos, sentindo-se como peças de uma luta real e massiva que num determinado momento lhes coloca a tarefa de concorrer às eleições. Pois do contrário, como poucos dentro a chapa tem chances reais de eleição, muitos podem não querer se candidatar, sob o receio da frustração de não vir a ser eleito.

Enfim, o sucesso eleitoral do PT — como não poderia deixar de ser — depende muito mais da inserção do partido nas lutas populares do que das habilidades de qualquer tática eleitoral.

*Faça sua  
assinatura  
do  
EM TEMPO*

A Encíclica papal

# As sagradas ilusões sobre o capital e o trabalho

## 1 — A propriedade privada não é intocável...

Um primeiro ponto positivo da Encíclica *Laborens Exercens*, de João Paulo II, é a mudança da maneira da Igreja tratar oficialmente a **questão social**. A Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, que inaugurou o tratamento desta questão, preocupava-se antes de mais nada com a defesa da propriedade privada. Como diz o Pe. Beozzo no *Folhetim*:

"Leão III abria a *Rerum Novarum* afirmando que não se podia combater os abusos do capitalismo tocando-se na propriedade privada, *direito natural do homem* (RN 10). Acrescentava ainda: *fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular* (RN 23)". Ainda segundo o Pe. Beozzo: "A preocupação com a propriedade levou, na prática, a que a doutrina social da Igreja fosse apropriada para legitimar e sacralizar a propriedade capitalista e favoreceu o universo dos proprietários e de seus interesses, por mais que esta insistisse na eminente dignidade do trabalho".

Alterando esta maneira de ver da *Rerum Novarum*, a *Laborem Exercens* coloca no centro da sua preocupação o trabalho, e afirma que "o direito à propriedade está subordinado ao direito ao uso comum", que a propriedade "deve servir ao trabalho", e não exclui nem mesmo a socialização. "dando-se as condições oportunas, de certos meios de produção". A propriedade perde o seu caráter sagrado, intocável.

### Críticas ao capitalismo

Outra mudança positiva é na maneira de ver a intervenção do Estado e o planejamento. Segundo o Pe. Beozzo, "na *Rerum Novarum*, competia ao Estado interferir no social para por fim às desordens e revoltas do proletariado, assegurando a ordem e a paz (RN, 4 e 46), tendo por dever principalíssimo assegurar a proprie-

dade privada (55) e também de ingerir, sem temer a censura contra a exploração da classe operária no trabalho, assegurando-lhe justo salário e seus direitos (RN 48-49)".

Na *Laborem Exercens* há todo um desenvolvimento sobre a importância de uma *planificação global*, voltada para garantir as condições de trabalho, e para evitar o desemprego.

Mais importantes são as diversas críticas ao capitalismo. No item 8 da Encíclica, diz João Paulo II: "francamente, tem de se reconhecer que se justificava, sob o ponto de vista da moral social, a reação contra o sistema de injustiça e de danos que bradava ao Céu vingança e que pesava sobre o homem do trabalho neste período de rápida industrialização". (p. 19). E de novo no item 11:

"É sabido que, durante todo este período, o qual aliás ainda não terminou, o problema do trabalho foi sendo posto no clima do grande conflito que, na época do desenvolvimento industrial e em ligação com ele, se manifestou entre o mundo do capital e o mundo do trabalho; ou seja, entre o grupo restrito, mas muito influente, dos patrões e empresários, dos proprietários ou detentores dos meios de produção, e a multidão mais numerosa da gente que se achava privada de tais meios e que participava no processo de produção, mas isto exclusivamente mediante o seu trabalho. Tal conflito foi originado pelo fato de que os operários punham as suas forças à disposição do grupo dos patrões e empresários, e de que este, guiado pelo princípio do maior lucro da produção, procurava manter o mais baixo possível o salário para o trabalho executado pelos operários. A isto há que juntar outros elementos de exploração, ligados com a falta de segurança no trabalho e também com a ausência de garantias quanto às condições de saúde e de vida dos mesmos operários e das suas famílias". (p. 26). Mais

adiante, João Paulo II fala do *conflito real que existia entre o mundo do trabalho e o mundo do capital*".

Em vários momentos, a Encíclica se refere a que no capitalismo o homem é submetido ao capital, criando uma situação de injustiça e desumanização.

### Críticas ao "coletivismo"

A própria crítica ao socialismo por parte do Papa tem um aspecto interessante: de certa maneira, ele critica na verdade a forma burocrática de realizar a socialização. Segundo o item 14 da Encíclica:

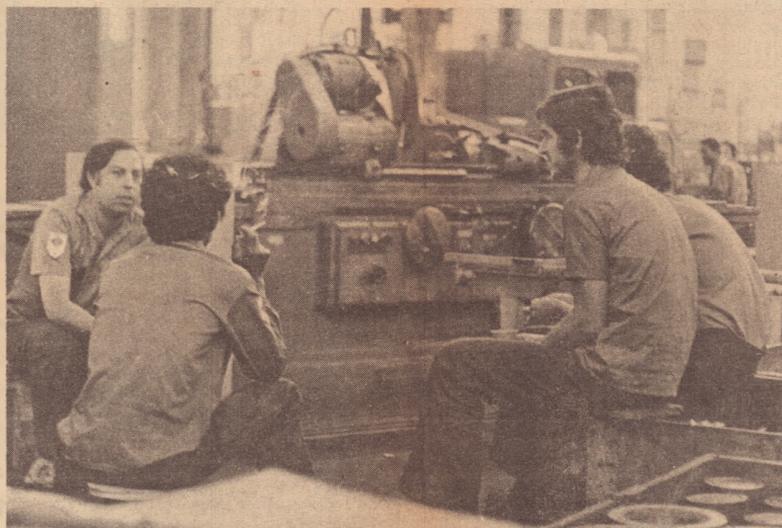
"Convém, efetivamente, observar que o simples fato de subtrair esses meios de produção (o capital) das mãos dos seus proprietários privados não basta para os socializar de maneira satisfatória. Assim, eles deixam de ser a propriedade de um determinado grupo social, os proprietários privados, para se tornarem propriedade da sociedade organizada, passando a estar sob a administração e a fiscalização diretas de um outro grupo de pessoas que, embora não tendo a propriedade, em virtude do poder que exercem na sociedade, dispõem deles a nível da economia nacional inteira, ou então a nível da economia local (...)

"Deste modo, pois, o simples fato de os meios de produção passarem para a propriedade do Estado, no sistema coletivista, não significa só, por si, a socialização desta propriedade. Poder-se-á falar de socialização somente quando ficar assegurada a subjetividade da sociedade, quer dizer, quando cada um dos que a compõem, com base no próprio trabalho, tiver garantido o pleno direito a considerar-se coproprietário do grande banco de trabalho em que se empenha juntamente com todos os demais".

Finalmente, merece uma menção a importância dada aos sindicatos, bem como o reconhecimento do direito de greve.

A Encíclica "Laborens Exercens", sobre o trabalho humano, feita por João Paulo II, tem tido uma enorme repercussão no país e não apenas nas comunidades religiosas. Por exemplo, ela foi apontada pelo companheiro Djalma Bom, em entrevista para a Folha de S. Paulo (11/10/81), como o caminho do socialismo que o Partido dos Trabalhadores quer. Por outro lado, foi saudada também pela Presidência da República, como profundamente identificada com o programa do PDS, em pelo menos 11 pontos. Membros dos setores progressista da Igreja receberam-na com enorme satisfação. O padre José Oscar Beozzo, teólogo, em longo artigo no *Folhetim*, (FSP, 27/9/81) considera a Encíclica feita de encomenda para o Brasil. Na nossa opinião esse aparente apoio geral não é gratuito. Apesar dos avanços que ela representa na doutrina social da Igreja, desde a Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII — o que agrada aos progressistas — contém ainda inúmeras incompreensões sobre o caráter da sociedade capitalista e o papel do trabalho nela, o que atende aos interesses dos conservadores. É isso que nos propomos discutir aqui.

Por João Machado



## O capital é uma relação de exploração

Comentários de Marx sobre como o economista burguês Wakefield descobriu a dificuldade de levar a indústria capitalista para terras ainda disponíveis em grande quantidade:

"Inicialmente, Wakefield descobriu nas colônias que a posse do dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não faz de um homem um capitalista, sem um certo complemento que é... o assalariado, um outro homem, em uma palavra, forçado de se vender voluntariamente. Ele descobriu assim que no lugar de ser uma coisa, o capital é uma relação social entre pessoas, a qual se estabelece por intermédio das coisas.

Mister Peel, nos conta ele com um tom lamuriendo, levou da Inglaterra para Swan River, na Nova Holanda, viveres e meios de produção de um valor de 50 mil libras. Mister Peel teve além disto o cuidado de levar 3 mil indivíduos da classe operária, homens, mulheres e crianças. Uma vez chegado a seu destino, "Mister Peel ficou sem um empregado doméstico para fazer a sua cama ou para pegar para ele a água do rio". Infortunado Mister Peel que tinha previsto tudo! Ele esqueceu apenas de exportar para Swan River as relações de produção inglesas". (Marx, *O Capital*, "A teoria moderna da colonização e o seu segredo").

"A primeira condição da produção capitalista é que a propriedade da terra já esteja arrancada das

mãos da massa. A essência de toda colônia livre consiste, ao contrário, em que a massa do solo ainda é propriedade do povo, e que cada colono pode se apropriar de uma parte, que lhe servirá de meio de produção individual, sem impedir que os colonos que cheguem depois dele façam o mesmo. É este o segredo da prosperidade das colônias, mas também o segredo de seu mal inverteado — a resistência ao estabelecimento do capital nelas" (Marx, *idem*).

Comentários de Marx sobre como os economistas conservadores vêem o "capital":

O trabalho acumulado, meio de uma nova produção, é capital. Assim falam os economistas.

Que é um escravo negro? É um homem da raça negra. Esta explicação tem o mesmo valor da anterior.

Um negro é um negro. Mas é apenas em condições determinadas que ele se torna um escravo. Esta máquina que está aqui é uma máquina de fiar algodão. É apenas em condições determinadas que ela se torna capital. Fora destas condições, ela não é mais capital do que o ouro não é por si mesmo moeda, e o açúcar não é o preço do açúcar (...)

O capital é uma relação social de produção. É uma relação de produção burguesa, uma relação de produção da sociedade burguesa". (Marx, "Trabalho Assalariado e Capital")

capitalista de produção, e não os que analisam a força de trabalho como uma mercadoria sui-gêneris. Estes apenas analisam cientificamente a realidade.

Do mesmo modo, quando fala do erro do **economismo** do liberalismo capitalista, que não coloca o homem — e o trabalho — como realidade fundamental, João Paulo II incorre num erro sério. Mais uma vez, esquece a questão chave: que num regime de proprietários privados de meios de produção, obrigatoriamente a economia tem de ser regulada pelo mercado mesmo que o Estado possa fazer uma **planificação global** como fala o Papa. E o mercado tem suas leis próprias, dá origem a leis econômicas que transformam de fato os homens em coisas.

A relação entre os homens, no processo de produção capitalista, se estabelece através das suas mercadorias, dos seus preços no mercado.

Para humanizar a produção, não há outra alternativa: acabar com o capital, socializar os meios de produção, estabelecer — aí sim — um planejamento global da economia, transformar a sociedade em uma **associação de produtores livres**.

### Conciliar o inconciliável

Armado — ou desarmado — com uma análise não científica da realidade do modo capitalista de produção, o Papa propõe caminhos totalmente ilusórios para o mundo do trabalho.

Recusa a "eliminação apriorística da propriedade privada dos meios de produção". A socialização pode ser feita apenas

em "certos meios de produção", e em ocasiões oportunas. Propõe "associar o trabalho, na medida do possível, à propriedade do capital" (item 14).

No lugar da luta dos trabalhadores contra os patrões, para socializar os meios de produção e terminar com a exploração, João Paulo II diz que "devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários". (item 20).

Só será justo o sistema que "supera a antinomia entre o trabalho e o capital", estruturando-se de acordo com a prioridade do trabalho sobre o capital. (item 13).

Em resumo, o Papa acredita em uma reforma do sistema, feita a partir de uma moral social, e desconhecendo completamente qual é a estrutura real do capitalismo, da economia de mercado. Sua proposta de conciliar o inconciliável, de desconhecer a realidade do funcionamento, das leis do capitalismo, reduz-se a uma ilusão conservadora.

### Sindicatos bem comportados

Mas o conservadorismo da visão do Papa aparece mais claramente ainda na sua maneira de traçar limites à atividade sindical, que ele reconhece como legítima.

Os justos esforços para garantir os direitos dos trabalhadores, que se acham unidos pela mesma profissão, devem ter sempre em conta limitações que impõe a situação econômica geral do país: "A atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da política", entendida como uma prudente solicitude pelo bem

comum. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de fazer política no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o caráter de 'partidos políticos' que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contato com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantirem os justos direitos dos homens no trabalho, no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se um instrumento de luta para outros fins" (item 20).

Ou seja, um programa de sindicalismo "bem comportado", pouco político, e que se limita a lutar contra os abusos do sistema.

Do mesmo modo, João Paulo II traça limites estreitos para o direito de greve: "... a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente na situação, em que se encontra a greve, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isto for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralisação da vida sócio-econômica..." (item 20).

Ou seja, sindicatos bem comportados, com greves bem comportadas, e que podem ser inclusive regulamentadas, pelo Estado, é claro) proibidas em setores considerados essenciais, etc.

## 3 — Conclusão: uma visão de mundo conservadora

Em síntese, qual seria o caráter da encíclica? O que ela pode trazer para os trabalhadores, aos quais se dirige, com os quais se preocupa?

A primeira constatação é que a encíclica atualiza num sentido positivo alguns pontos da doutrina social da Igreja, tomando algumas distâncias com relação ao capitalismo, negando o caráter absoluto do direito de propriedade, reconhecendo que o capitalismo, de uma certa forma pelo menos, provoca (ou pode provocar) uma luta de classes (neste ponto, a Encíclica é pouca clara).

Esta atualização reflete a realidade da Igreja no mundo de hoje, e em primeiro lugar o fato de que boa parte das suas bases, em alguns países (claramente no caso do Brasil) está participando ou vê com bons olhos os movimentos dos trabalhadores. Diante desta realidade, é natural que a alta hierarquia se atualize.

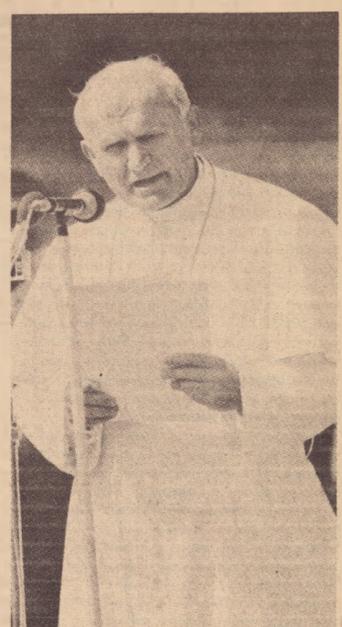
Assim, a maior contribuição para as lutas populares, para os setores progressistas da Igreja, é reconhecer a legitimidade da sua luta, a existência de injustiças no capitalismo, reconhecer a necessidade de a Igreja se posicionar para lutar contra a injustiça, isto é, o Papa não defende a retirada dos cristãos da política, ou o conformismo puro e simples.

Mas as vantagens da Encíclica terminam aí. Na proposição de soluções para a

"questão social", João Paulo II mostra não compreender a natureza de uma economia capitalista — uma economia de proprietários privados de meios de produção, que exploram a força de trabalho dos seus assalariados, e que regulam o conjunto das suas atividades pelo mercado. Propõe reformas ilusórias, conciliações também ilusórias — e cujo sentido é, portanto, conservador.

O Papa não se mostra capaz de ir além de um liberalismo com sensibilidade para os problemas sociais e com preocupações humanistas. As razões para isto são muitas: ao lado de suas bases comprometidas com as lutas dos trabalhadores, a Igreja é também uma instituição com vínculos materiais profundos na sociedade capitalista, e em cujas decisões pesa, sobretudo, o seu aparelho.

Apesar disso, não passa de cinismo da Presidência da República identificar esta postura do Papa com o PDS — cujo programa, todos sabem, não passa de uma folha de papel, e que afinal é apenas um partido que defende o regime e os interesses dominantes. Mas é um erro maior ainda identificar o pensamento de João Paulo II com os interesses básicos dos trabalhadores, quando ele não aponta claramente para o fim da sociedade baseada na exploração da força de trabalho.



## 2 — ... mas capitalistas e assalariados devem se unir

Apesar dos avanços evidentes, o grande problema da encíclica papal é que não consegue, realmente, entender o que é o capitalismo, o que é o capital, quais são as relações entre o capital e o trabalho no modo capitalista de produção. Deste erro básico decorrem muitas apreciações falsas que semeiam ilusões sobre possíveis reformas no capitalismo.

João Paulo II fala e quer a prioridade do trabalho em relação ao capital. "Fiz aquilo que está contido no conceito de capital, num sentido restrito, do termo, é somente um conjunto de coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa" (item 12). Fala ainda que "o trabalho e o capital são as componentes indispensáveis do proces-

so de produção em todo e qualquer sistema social" (no item 20).

Ou seja, além de considerar o capital apenas como um conjunto de coisas (instrumento de produção) que podem ser colocados a serviço do homem, perde a visão histórica do surgimento do capital. A relação do homem com o capital poderia ser considerada como a relação entre o homem e seus meios de trabalho, em qualquer modo de produção.

Nada mais longe de realidade. Na verdade, o capital é uma relação social. Os meios de produção não são naturalmente capital: só se tornam capital quando são apropriados exclusivamente por uma classe social — a burguesia — que os utiliza para explorar os trabalhadores assalariados. Do mesmo modo, nem todo homem do trabalho, para utilizar a expres-

# OS CAMINHOS DA

1º de outubro:

## Governo não recebe trabalhadores

Apesar de mal preparado, o 1º de outubro centralizou manifestações em 322 municípios em dezoito estados do país. Agora, a pró-CUT define os próximos passos já sabendo que o governo não vai atender as reivindicações da CONCLAT.

O 1º de outubro foi um teste para a ação centralizada dos trabalhadores de todo o país. Apesar de mal preparado na maior parte dos sindicatos e de significar os primeiros passos da comissão pró-CUT, chegaram a ser realizadas manifestações em 322 municípios em dezoito estados do país.

Em São Paulo, aproximadamente cinco mil pessoas compareceram à Praça da Sé, realizando em seguida uma passeata até o Teatro Municipal. Em São Bernardo, 1.500 trabalhadores se fizeram presentes no Largo da Matriz, local que já assistiu grandes momentos da luta operária. Sob forte tensão, cercadas por forte aparato militar, duas mil pessoas se reuniram na Cinelândia.

### Tapa na cara

Coordenados pela Frente Sindical, três mil trabalhadores se manifestaram em Vitória e saíram após em passeata. No Rio Grande do Sul foram realizados vários atos em diversas cidades e em Belo Horizonte perto de mil pessoas ocuparam a praça Rui Barbosa. Em Fortaleza, mais de três mil pessoas realizaram uma passeata de seis quilômetros até o palácio do governador exigindo que "esqueça um pouco da burguesia e se lembre mais do pobre que sofre e trabalha". E assim por diante.

No mesmo dia em Brasília, o presidente Aureliano se negou a receber uma re-

presentação da comissão pró-CUT, apesar desta ter protocolado um ofício pedindo audiência já no dia 14 de setembro. Além de se negar a receber os representantes do maior congresso de trabalhadores da história do país, o governo teve o desrespeito de conceder uma audiência no mesmo momento para confabular com representantes da hiper-pelega Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras, a CNTI. Sem dúvida, um verdadeiro tapa na cara da CONCLAT e tudo que ela representa.

Já o ministro do Trabalho, Murilo Ma-

cedo sob o cínico argumento de que "da mesma forma que os empresários conversam com o presidente da República, também o trabalhador tem direito a este diálogo", intercedeu junto a Aureliano para que conceda uma entrevista a 23 federações de trabalhadores paulistas com o objetivo claro de questionar a representatividade da CONCLAT através da manipulação das entidades sindicais fossilizadas e corrompidas pelo patronato.

Mais grave ainda é a atitude da ENERSUL, Empresa de Energia Elétrica do

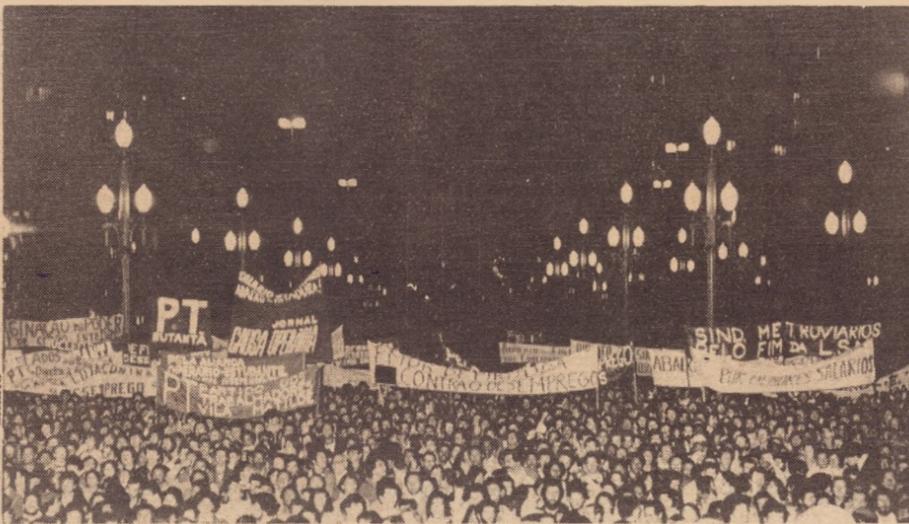
Mato Grosso do Sul que, no dia 8 de outubro, despediu por motivos políticos a Antonio Benjamim Correa, secretário da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria Urbana e membro da comissão pró-CUT.

### Desafio

Reunida após a negativa do governo, a executiva da comissão pró-CUT decidiu uma série de encaminhamento diante do novo quadro. De 1 a 6 de novembro, os sindicatos deverão realizar assembleias para levantar os problemas mais importantes da categoria. Para o dia 11 de novembro, a executiva da pró-CUT propõe que se realizem assembleias inter-categorias com a finalidade de realizar uma síntese das reivindicações. Proposta que procura recuperar a velha tradição do movimento sindical brasileiro do encaminhamento das campanhas unificadas.

Nos dias 15 e 16 de novembro, haverá uma reunião da comissão pró-CUT para definir um plano de ação que consiga impor ao governo o reconhecimento da CONCLAT. De maneira combinada, prossegue a diferenciação interna ao movimento, com a tentativa dos setores combativos do movimento operário de se articular para levar às bases as bandeiras da CONCLAT, no caminho de um sindicalismo democrático e profundamente enraizado nos locais de trabalho.

(R.M.)



O 1º de Outubro na praça da Sé em São Paulo

## A evolução do sindicalismo classista

Por Antonio Nahas Júnior

A trajetória da articulação de João Monlevade é o reflexo da evolução política do setor classista do movimento sindical. O encontro de João Monlevade, que reuniu pouco mais de vinte sindicalistas, procurou congregar "dirigentes sindicais que tivessem a preocupação de definir caminhos para a atuação sindical e a consciência de que o exercício do mandato sindical envolve o compromisso de se colocar a serviço da categoria". Nas suas conclusões, é colocado que existe espaço para uma atuação sindical mais combativa na sociedade atual e que esta poderia obter algumas alterações no modelo concentrador de renda, através da mobilização dos trabalhadores.

Já no encontro de Taboão da Serra, realizado poucos meses após, e reunindo cerca de 50 sindicalistas, vem a público um documento mais completo. Sua primeira parte é a afirmação da necessidade de um partido político: "a estrutura social agravada pela conjuntura do país impõe às classes populares a necessidade de articularem suas lutas específicas com a luta política, entendida não apenas como atuação parlamentar, mas sobretudo como um fator de organização das classes populares". Este partido, de caráter demo-

crático, deveria se adaptar ao ritmo das lutas populares, mantendo a autonomia das entidades de massas e evitando confundir a luta partidária com a luta sindical, sendo um fator de integração e de sínteses das reivindicações políticas do movimento popular.

A segunda parte é uma coletânea de sugestões para o movimento sindical que ainda hoje conservam sua atualidade: maior entrosamento dos sindicatos entre si; aproximação dos sindicatos com os outros movimentos populares; aproximação dos trabalhadores da cidade e do campo; fortalecimento da organização dos trabalhadores de base.

### Impasses

Curiosamente, nos dois encontros participam tanto os sindicalistas "autênticos" como membros da Unidade Sindical: lá estavam Hugo Perez, Arnaldo Gonçalves, Raimundo Rosa Lima. Secundariamente, temos a participação de setores da Igreja e de oposições sindicais.

A partir destes dois encontros, a articulação passa por um longo período de impasses, à medida em que não se colocava como tarefa se contrapor às demais, mas

que atuaria sobre o que já existia de organizado no movimento sindical. No entanto, a participação dos "autênticos" nas Unidades Sindicais foi sempre vacilante e sua postura perante o ENTOES foi também ambígua, contribuindo para o final melancólico daquela articulação. A predominância do peleguismo, a diminuição do ciclo grevista, devem ter contribuído para aumentar os impasses dos signatários combativos do documento de S. Bernardo.

Durante este período, esta vanguarda sindical deve ter amadurecido uma visão crítica da aliança pelegos-PCB superando a "ética sindicalista" e aclarando os pontos de uma verdadeira unidade no movimento sindical.

Quase um ano depois, tivemos o Encontro de Vitória onde, tardiamente, se afirma a necessidade de participação na CONCLAT, a importância da bandeira do desemprego e a atualidade da greve geral. No entanto, o dado mais significativo é o definitivo afastamento do PC da articulação e uma participação mais decidida da Igreja e das oposições sindicais.

A CONCLAT marcou definitivamente as diferenças. Mostrou claramente a existência de duas correntes no movimento

sindical, a força potencial do sindicalismo classista e, contraditoriamente, sua desarticulação, sua incapacidade de se opor a uma aparelho bem azeitado, que trabalha coletivamente e sabe articular manobras de bastidores.

### Em busca de uma alternativa

É a partir da CONCLAT que a articulação procura definir uma estrutura organizativa e uma proposta política que busque transformá-la numa alternativa ao reformismo e ao peleguismo.

Os caminhos que ela poderá seguir, não estão claros. Dentro dela, muitos defendem sua transformação numa tendência sindical visando garantir as decisões da CONCLAT e a construção de uma CUT pela base, superando a dinâmica e a força dos pequenos grupos, atuando nas entidades de massa, forçando a pró-CUT a assumir seu papel, e a criticando quando isso for necessário. Num outro extremo, comecem a surgir aqueles que defendem uma articulação sindical própria, sem pelegos e reformistas, embrião de uma futura Central Sindical.

# UNIDADE PELA BASE

## A CUT é a frente única operária

A situação de impasse do movimento operário se explica pela ausência de uma unidade mais ampla de suas lutas e não por uma derrota da classe. É o terreno da frente única operária é extremamente favorável para os que defendem de forma intransigente os interesses da classe trabalhadora. Entrevista com Paulo Skromov.

— Qual o papel a ser cumprido pela chamada articulação de São Bernardo?

**Skromov** — A última reunião realizada em Brasília assumiu definições que podem abrir, por via dessa articulação, a constituição de uma corrente sindical que assumira a visão de um sindicalismo combativo, independente e comprometida com a derubada da estrutura sindical e a construção de uma Central Única pela base. Isto porque, a partir da greve do ABC de 1980, o movimento sindical se encontra em um impasse. Revelou-se para os trabalhadores a necessidade de travar embates de forma mais concentrada contra o regime. Todas estas propostas, que vão desde o ENTOES até a CONCLAT, correspondem a um anseio profundo da classe trabalhadora pela unidade, num sentido muito mais amplo. O máximo que tivemos até agora foram greves gerais por categoria a nível regional e o impasse do movimento operário é exatamente como superar esta forma de luta para passar adiante. A situação de paralisação do último período se explica por isso e não por uma derrota da classe operária.

— Os primeiros encontros tiveram plataformas diluídas e uma composição política que incluía até mesmo elementos da Unidade Sindical. Além disso, passou-se muito tempo até que houvesse o encontro de Vitória. É possível agora esta articulação se afirmar?

**Skromov** — Eu acho que sim, porque alguns fatos mudaram a situação do movimento sindical. A realização da

CONCLAT estabeleceu a existência de duas grandes correntes no movimento sindical: a corrente pelego-reformista, mais organizada, por ser mais tradicional, e que se expressa através da Unidade Sindical; a corrente classista, recém surgida, mais como uma negação da prática sindical reformista. Ela começa a se concretizar somente hoje porque não é mais possível, depois da CONCLAT, que obstáculos políticos internos continuassem contendo a concretização desse anseio da classe em organizar uma ampla corrente combativa, capaz de intervir com força no movimento sindical.

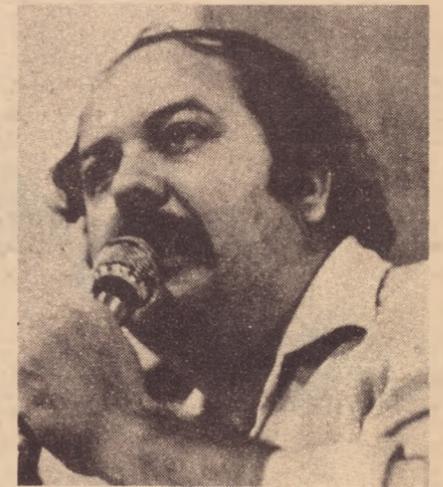
— Você avalia que essa corrente pode forçar a pró-CUT a encaminhar as decisões da CONCLAT?

**Skromov** — Temos primeiros que considerar a situação da pró-CUT. Ela foi eleita diante do impasse colocado na CONCLAT no momento de votação. Quando não se conseguia contar os votos do plenário, ela acabou sendo a única saída para manter a unidade. Aproveitou-se uma comissão que deveria ter sido paritária, metade constituída pela corrente reformista-pelega, metade constituída pelos setores mais combativos. Devido à nossa desarticulação, nossos companheiros acabaram apontando elementos que eram considerados independentes, mas que se revelaram estar ligados à segunda corrente. Isso levou a uma distorção no funcionamento da comissão pró-CUT que, no entanto, pode ser remediado. A pró-CUT tem um caráter unitário por ter surgido de

um dos maiores eventos sindicais das últimas décadas no país. Surgiu também com o aval de todas as correntes que compõem a luta sindical. Por outro lado, esta distorção pode ser contrabalançada se nós realmente encaminharmos os ENCLATS e tirarmos as comissões pró-CUT a nível estadual.

— Mas, acontece que as resoluções da CONCLAT ainda não se enraizaram no movimento operário e nos grandes sindicatos metalúrgicos, por exemplo, a regra é trocar o percentual de produtividade por migalhas, por promessas vagas de estabilidade...

**Skromov** — Mas, veja bem! Eu entendo a comissão pró-CUT como uma proposta da frente única operária. O terreno da frente única operária é extremamente favorável para as nossas propostas, para o setor mais combativo do movimento sindical, que quer concretizar a defesa de forma intransigente dos interesses da classe trabalhadora. É um terreno desfavorável para os outros setores. Antes de existir a Comissão pró-CUT, você não tinha como cobrar nada, eles podiam fazer o que queriam. Por exemplo, as traições que cometeram contra a greve do ABC, em 1980, quando eles boicotaram abertamente o apoio material, quando recolheram dinheiro em nome da greve do ABC e não entregaram aos grevistas, quando fizeram conluio com o governo e Osvaldo Pimentel nas eleições dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, quando contrataram gangsters para espancar a oposição me-



Paulo Skromov

talúrgica de S. Paulo etc. No período anterior, você não tinha nenhum instrumento verdadeiro de frente única. Nós imaginávamos que a unidade sindical seria este organismo. Mas o seu cupulismo não deixava margem para isso. Hoje, nós vemos claramente que temos de nos organizar para denunciar a quebra da frente única por parte da Unidade Sindical. Tanto assim que nós estamos propondo que nossa articulação tenha um jornal, em que Lula, Jacó Bittar e outros que fazem parte dessa comissão pró-CUT, denunciem o que está se passando no interior dessa comissão, os boicotes que tem sofrido.

— Como você vê a relação dessa articulação com o PT?

**Skromov** — Veja bem, entre os fatores que dinamizaram essa articulação, está o próprio posicionamento mais recente do PT de assumir a questão sindical. O PT aprovou a realização de um encontro sindical nacional, precedido de encontros estaduais. Ora, se essa articulação não corresse para se organizar, sem dúvida, que esses encontros não seriam restritos aos militantes sindicais petistas, tenderia a ampliar a discussão para todos os militantes sindicais combativos. Agora o Diretório Nacional do PT vai se reunir para discutir, entre outras coisas, esta questão.

É claro que se não tivéssemos esta articulação o caminho seria o PT. Ainda assim acho que o PT deve jogar um papel decisivo no impulsionamento dessa articulação.

## Autênticos tomam a iniciativa

Nos mesmos dias em que se realizava em Brasília a convenção do PT, sindicalistas da chamada "corrente autêntica" faziam uma reunião para dar um rumo mais organizado a sua articulação, seguindo os encontros que se realizaram em João Monlevade (fevereiro de 80), Taboão da Serra, Vitória e São Bernardo. A reunião resolveu tirar comissões, encarregadas das seguintes tarefas: elaborar uma carta de princípios para a articulação, seu plano de lutas para a CUT, suas propostas de estatuto para a Central, de regimento interno para a próxima CONCLAT etc. A partir dessas decisões, seriam realizados encontros por estado.

Desse modo, em São Paulo, no último dia 12, a reunião definiu as seguintes resoluções: caracterizar a Unidade Sindical como tendência política; a articulação seria também o embrião de uma tendência sindical; a Pró-CUT como organização unitária da classe, a ser prestigiada, tendo como pano de fundo as resoluções da CONCLAT; não aceitar a eleição das "executivas" da Unidade Sindical e afirmar a neces-

sidade de ENCLATS para tirar intersindicais democráticas, em torno da PRÓ-CUT. A delegação paulista para o encontro nacional da articulação reúne representantes de professores (APEOESP), construção civil (oposição), Santo André (metalúrgicos e químicos), S. Bernardo (metalúrgicos), metalúrgicos de São Paulo (oposição), Federação dos Servidores Públicos, gráficos de Santos, coureiros, metalúrgicos de S. José dos Camps (diretoria), metalúrgicos de Ribeirão Preto (diretoria).

No Rio de Janeiro, o encontro tirou posições muito semelhantes, aliás quase idênticas, acentuando a necessidade de uma intersindical pela base. A articulação terá reuniões periódicas, boletim próprio, e já renunciou a compor a "executiva" da Unidade Sindical, "eleita" numa reunião da fina flor do peleguismo carioca, nessa mesma semana.

Em tempo: a próxima nacional da articulação será realizada em Recife, em data ainda a ser confirmada.

(R.M.)

## ASSINE EM TEMPO

Um jornal empenhado na construção da CUT



A Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão 57 — Pinheiros — SP • CEP: 05014 • Fone: 852-8880  
Estou enviando o cheque..... por uma assinatura anual  
Comum: Cr\$ 1.000,00 ( )  
Exterior: US\$ 50,00 ( )

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

## Metalúrgicos



## Traição no eixo Rio-São Paulo

Se os trabalhadores não tem uma política sindical unificada para suas campanhas salariais, tudo parece indicar que os patrões tem, ou procuram ter. As negociações dos metalúrgicos em S. Paulo, R. Janeiro, B. Horizonte sugerem isso. Afinal, no Rio, em troca duma ilusória "garantia" de emprego até janeiro, a direção do sindicato operário abriu mão de **toda a taxa** de produtividade. Os meninos furiosos do HP, na garupa do pelego Pimentel, espernearam e acabaram mostrando sua função. Em Belo Horizonte, se a tática patronal vai pelo mesmo caminho, foi obrigada a moderar o apetite: a proposta dos patrões foi de 2,5% de produtividade, um piso salarial de 14.870 e garantia de emprego até dezembro. Em São Paulo, as negociações apenas se iniciaram, mas o próprio presidente do sindicato operário, Joaquim dos Santos Andrade, tomou a iniciativa de fazer a proposta dos patrões: produtividade em troca de estabilidade, ou melhor, em troca

de uma **promessa** de criação de 100 mil empregos no setor.

Aliás, essa discussão ficou muito engraçada nos últimos dias, em cima dum argumento tipo-Delfim utilizado em campanhas salariais, pelos patrões, pelos pelegos e seus aliados: "melhor não subir os índices de reajuste salarial demasiadamente porque as pequenas e médias empresas nacionais, em dificuldades, seriam obrigadas a demitir". Esse tipo de papo apareceu, com todas as palavras, na defesa que os simpatizantes do PCB em S. Paulo divergindo aliás da posição da direção nacional do partido fizeram da proposta do Joaquinão sobre os 100 mil empregos. Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, contudo, indicam que as pequenas e médias empresas, que reúnem grande número de trabalhadores na faixa dos 3 a 10 salários mínimos, tiveram um crescimento de emprego **maior** que as grandes. E demitiram menos. (Regis Moraes)

## Médicos residentes

## Querem acabar com eles!

Entre as preciosidades do decreto-lei que regulamenta a nova lei da Residência, figura uma resolução que obriga o residente a atuar um ano em área geral para só depois se especializar, mesmo ficando 6 anos na graduação. O resultado disso é que as vagas para as áreas básicas serão criadas às custas das vagas das áreas específicas, na medida em que os hospitais não tem nenhum interesse em aumentar o número de leitos (existe uma relação mínima permitida de leitos/residente). Ou seja, as vagas de Residência serão virtualmente reduzidas à metade.

Enquanto isso, os hospitais vão também fazendo a sua parte, se propondo mesmo a acabar com suas respectivas Residências. Em São Paulo por exemplo, a FUNDAPE que congrega o conjunto de hospitais da rede municipal e



estadual, empregando cerca de 3.000 médicos residentes, se recusa providenciar o credenciamento das Residências.

### Greve em Belo Horizonte

A exemplo da FUNDAPE, a Santa Casa em Belo Horizonte resolveu decretar, retroativamente ao dia da publicação da nova lei, a extinção de sua Residência, propondo

aos seus 194 residentes a mudança de condição para "assistente voluntário", classificação que não existe em nenhuma lei.

No Hospital Felício Roxo acontece a mesma coisa. Em resposta, os residentes de ambos hospitais entraram em greve. A direção do Felício Roxo cedeu e existe uma perspectiva real de se conquistar o credenciamento. A Santa Casa, no entanto, manteve-se intransigente, apoiada verganhosamente pela diretoria da Associação Médica de Minas Gerais, que se elegeu de forma fraudulenta, vem tentando sabotar o movimento usando de práticas virtualmente policiais. Entre os nomes mais detestados estão o dos "doutores" João Agostini, José Gilberto e Carlos Batista.

(da Sucursal)

## Gaúchos derrotam pelego

Como ocorreu no sindicato dos metalúrgicos de Novo Hamburgo, em Canoas, após 18 anos a pelegada acaba de "cair do cavalo". Pólo metalúrgico importante no estado, ali estão localizadas fábricas como COEMSA, Massey-Ferguson. Mas apenas 2366 trabalhadores estão em condições de votar.

Para as eleições deste ano, apresentou-se uma chapa que conseguiu articular o trabalho de base nas fábricas com o trabalho nas vilas onde moram os trabalhadores, além de contar com pessoas que trabalham há mais de dez anos na categoria.

Tendo na luta contra o desemprego sua bandeira central, a chapa 2 defende em seu programa a criação de comissões por fábrica com estabilidade, aumentos trimestrais de salários, desatrelamento do sindicato em relação ao Ministério do Trabalho e a construção da Central Única dos Trabalhadores.

Dá ênfase especial para a situação da mulher metalúrgica exigindo salário igual para trabalho igual em relação ao homem. Denuncia a dupla-jornada de trabalho (fábrica, casa) e exige creche e con-

dições para amamentação durante seis meses.

A chapa 1, com uma longa história de pelegagem e corrupção (é acusada de ter "posto a mão" na antecipação do dissídio coletivo da massey-Ferguson em 1978, entre outros roubos), contou com o único apoio dado pelos "brigadistas" do **Hora do Povo** que colocaram uma pessoa na chapa. Nem os vereadores do PMDB da cidade quiseram comprometer-se, tal o grau de isolamento da pelegada em relação à categoria.

Feita a apuração, o resultado não deixou dúvidas. A oposição recebeu 1.385 votos, contra apenas 482 dados à chapa 1.

Assim, é mais um sindicato importante que passa às mãos de uma direção classista e combativa. E um exemplo de como se trabalha na oposição, pois a vitória foi esmagadora especialmente nas principais fábricas como COEMSA, Springer e Michelleto com mais de 90% dos votos. Exemplo que fica, inclusive para a oposição sindical metalúrgica de Porto Alegre, que até hoje vem tendo dificuldades para se organizar.

(Da sucursal)

## Caça às bruxas

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santos passa por uma crise de autoridade? É o que dá prá pensar em vista do rebú criado para "botar ordem" no Centro Educacional do Metalúrgico (CEMETAL), escola supletiva mantida pela entidade.

O caso começa com a demissão de uma professora que voltava duma licença maternidade, no dia 29 do mês passado. Os colegas e os alunos-trabalhadores reagiram à medida, exigindo a volta da professora.

No dia 2/10, o presidente do sindicato, Arnaldo Gonçalves, demite mais quatro professores, qualificados como "focos de tensão". As acusações? Baderneiros, bagueceiros, agitadores. Quem costuma falar deste jeito? Como patrão consequen-

te, segundo alguns professores e alunos, Arnaldo deveria demiti-los por justa causa... Uma outra acusação: os professores são incompetentes. Três anos de trabalho para descobrir isso?

Mas a verdade é que não foram as demissões do CEMETAL que iniciaram essa crise da diretoria. Já nas campanhas salariais dos últimos anos, conduzidas com muitos encaminhamentos duvidosos, a categoria ficou dividida diante das propostas de sua "liderança". E agora a divisão se torna evidente na própria diretoria, com a atitude de dois seus membros — Valter Barbosa e Aparecido Prado — que se solidarizaram com os professores em luta.

(Raul Morales)

## Minas

## Petroleiros vão às urnas

Os petroleiros são, seguramente, uma das categorias que mais se destacaram nas mobilizações operárias recentes, obtendo uma série de vitórias importantes. Isto se explica pela existência de sindicatos combativos em vários estados, que se articulam em todo o país e realizam suas campanhas salariais unificadamente.

No caso do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais, os números mostram a sua representatividade na categoria: mais de 90% é sindicalizada. São estes trabalhadores que irão eleger, nos dias 14 e 15 de dezembro, uma nova direção para seu sindicato.

Três chapas se inscreveram para a disputa. A chapa 2, composta em sua maioria por militantes do PT e que tem em suas fileiras vários membros

da atual diretoria, preencheu todos os 24 cargos possíveis. Conta com participantes e bases de apoio em todas as seções da refinaria. A frente da chapa 2, está o "companheiro Maia", com tradição de combatividade herdada de seu pai, que participou da histórica "Revolta da Chibata" e trabalha há 13 anos na Petrobrás. Aliás, a maioria dos membros da chapa 2 possui um longo tempo de trabalho e combatividade na categoria. É o caso, por exemplo, de João Mendes, o "Seu João", com 20 anos de casa e participação ativa nas principais lutas desenvolvidas pelos petroleiros.

A chapa 1 é encabeçada pelo companheiro Wagner Benevides, membro da Direção Nacional do PT e atual presidente da entidade, e que

preencheu apenas 16 dos 24 cargos possíveis.

Por fim, está inscrita também a chapa 3, articulada pelo infalível "Hora do Povo" e que já esboça sua tradicional campanha baseada em mentiras e difamações, como a afirmação escrita num folheto de que sua Convenção contou com a presença de 150 pessoas. O que ficou sem explicação, no entanto, é como, apesar de sua alardeada representatividade, a chapa 3 apresentou apenas 23 nomes em sua composição.

O longo período até as eleições indica que a campanha vai "pegar fogo". Lamenta-se apenas que os militantes do PT tenham se dividido em duas chapas e não concorrem unificadamente.

(da Sucursal)

*Foi fundada mais uma federação fantasma de mulheres, aparelhada pelos apoiadores do jornal Hora do Povo. Os grupos feministas de São Paulo optaram pela política do avestruz e não se posicionaram a respeito.*

## E agora, Maria?

### Unificar pela base

A Federação das Mulheres Paulistas está aí. Renasceu em um Congresso no dia 4 de outubro totalmente descolada do movimento de mulheres, de sua história e de suas reivindicações. Convocado por pessoas que se intitulavam de Coordenação do III Congresso da Mulher, quando todos sabem que são os membros que foram excluídos dessa coordenação por tentativa de golpes e manipulação do encontro. Em outras palavras, convocado por uma entidade fantasma para a formação de outra entidade fantasma.

Do congresso de reconstrução da Federação das Mulheres não participou nenhum dos grupos feministas paulistas, o que significa um total desconhecimento do trabalho desses grupos em seis anos de existência, na concretização de três congressos (cuja participação de mulheres dá no total cerca de 11.000 pessoas), nas campanhas contra a violência (que geraram os S.O.S., hoje espalhados por vários estados do Brasil), nas campanhas pela legalização do aborto e contra o Planejamento Familiar do governo, nas manifestações contra a presença de Videla no Brasil, e inúmeros outros exemplos. Se ignorar a importância destes grupos foi uma clara manifestação de sectarismo das criadoras do encontro (em sua grande maioria pessoas identificadas com o grupo do jornal **Hora do Povo**), por outro lado a posição das feministas de adesão à política do avestruz, ao simplesmen-

te desconhecer o evento, deixou centenas de mulheres sem saber exatamente que posição tomar a respeito dessa Federação (inclusive as três mil presentes ao encontro que ouviram somente a posição das hagapistas sem saber o que pensavam os grupos de oposição). Ou seja, deixou-se vazio um espaço para a manipulação e aparelhamento do movimento de mulheres. Mais correta, neste sentido, foi a posição das mulheres ligadas ao PT do Rio Grande do Sul que apareceram ao encontro para ler uma nota explicando porque não participavam nem endoçavam a Federação de Mulheres Gaúchas.

Exatamente porque a Federação é hoje um fato consumado, novas questões surgem: como agir diante desta Federação? Enfiar a cabeça sob a areia e deixar as coisas acontecerem? Intervir nela tentando mudar seu caráter? Tentar organizar uma outra coordenação do movimento de mulheres paralela à Federação? Deixar que o movimento siga seu caminho como tem feito até agora com o aparecimento de coordenações na hora em que são necessárias e seu desaparecimento quando se tornarem sem função?

De toda forma, uma centralização unificadora dos diversos trabalhos e lutas, capaz de mobilizações a nível nacional e representativa do movimento, significaria um salto de qualidade na história das lutas das mulheres brasileiras.

### Dia Nacional contra a violência à mulher

Sábado, 10 de outubro, comemorou-se nas escadarias do Teatro Municipal, em São Paulo, o Dia Nacional de Protesto Contra a Violência à Mulher, com um Ato Público que contou com a participação de cerca de 200 pessoas. O Ato iniciou-se com a leitura de um documento do S.O.S. Mulher (que na data comemorava um ano de existência), contra a impunidade dos assassinos em defesa da honra, desrespeito às leis trabalhistas, imposição da vida estilo "cama e cozinha" e aproveitou-se o momento para criticar a falta de participação das mulheres nos movimentos pela sua libertação.

Um momento de grande emoção foi o depoimento de Helena de Grammont, sobre sua irmã,

Eliane de Grammont, assassinada pelo cantor Lindomar Castilho. Este ato marcou o final de várias manifestações da "semana contra a violência", que teve como ponto alto a inauguração da Rua Eliane de Grammont, em Perdizes, no dia 9, o que demonstra uma vitória do S.O.S. em sua campanha contra os crimes passionais.

Em Porto Alegre, o Dia Nacional contra a Violência à Mulher foi comemorado com 2 atos na Rua da Praia, com participação de cerca de 500 pessoas e a distribuição de mil panfletos que traziam estatísticas de violências, discriminações e assassinatos. A manifestação foi coordenada pelos grupos feministas de Porto Alegre.



III Congresso da Mulher Paulista: a força do feminismo

### Movimento X Federação

Por Elisabeth Souza Lobo (\*)

A recém fabricada Federação das Mulheres Paulistas se pretende representar "todos os movimentos femininos do Estado". Muitas são as razões para que o movimento de mulheres não aceite esta forma organizativa, mais além da rejeição dos métodos de construção da federação. Ela é obra de grupos que vêm tentando impor ao movimento suas lideranças e seus programas, fabricando entidades fantasmas, usando o nome da Coordenação do III Congresso da Mulher Paulista, quando se sabe que, depois de não conseguirem manipular o Congresso, fizeram um paralelo, no Pacaembú, com muita politicagem e pouca participação.

O programa da Federação não deixa dúvidas. É contra a carestia, o desemprego, por creches, pelos direitos do menor abandonado, mas sobretudo, pela Constituinte.

Novamente as chamadas "questões gerais" são opostas às "específicas". As "federativas" decidiram que o Parlamento é mais importante. Como se mudar a estrutura de uma sociedade fosse só uma questão de mudança de guarda. A opressão sexual: a desigualdade no trabalho, na fábrica, a violência cotidiana, não são problemas que se resolvam com qualquer Constituinte, por democrática que seja.

#### E a Federação de homens?

O espaço das lutas e dos movimentos sociais é das(os) que até hoje não tiveram voz. No movimento, as mulheres de vítimas da dominação sexual, se transformam em sujeitos de sua libertação, pensam a sua condição, fixam seus objetivos. A dominação sexual — a desigualdade entre homens e mulheres — junto com a dominação de classe, se espalha e atravessa as entranhas da

sociedade como uma teia. À luta contra ela obedece a mesma característica e se dá em várias frentes: em casa, na fábrica, no escritório, na escola, na rua. O movimento reúne estas lutas. Mas a importância do movimento está também no fato de que ele permite a democracia direta, a participação de todas, sem delegação ou representação. A forma de organização do movimento recupera a política cotidiana, a democracia de base e aponta para a autogestão da sociedade. As mulheres não querem apenas que se construam creches ou postos de saúde, querem também gerir estes serviços e para isto precisam viver a sua organização, conhecer sua realidade, ter uma prática para transformá-la. A identidade do movimento, a sua existência enquanto movimento de mulheres vem do fato de que mulheres na sociedade têm problemas semelhantes, vivem condições semelhantes, têm práticas que refletem estas similitudes e diferenças. Todas as mulheres não são iguais. O movimento é feito também de similitudes e diferenças. Mas ele não se propõe a centralizar as lutas e as práticas. Apenas coordenar. Todas as lutas são válidas, todas têm seu espaço. As mulheres definem suas prioridades, coordenam suas lutas. Por isto mesmo o II Congresso da Mulher Paulista aprovou coordenações regionais, além da Coordenação Geral.

O movimento de mulheres existe como prática de lutas contra a dominação sexual. Esta prática as mulheres levam nos locais de trabalho, em casa, nos sindicatos e partidos. O movimento é um canal. Nos espaços sociais trata-se de romper a dominação e isto não se consegue isolando as mulheres em departamentos ou federações.

Alguém já pensou em formar departamentos masculinos nos sindi-

catos? Ou a Federação dos Homens Paulistas em luta pela Constituinte?

#### O movimento não tem dono

A proposta de Federação das mulheres vem justamente daquelas que dizem que a autonomia dos movimentos populares é "xaropada teórica". E que o importante é que as mulheres entrem no PMDB.

De onde vem tanta desconfiança com os movimentos? Sabe-se, é claro, que eles são mais difíceis de controlar e que é sempre mais fácil manipular uma Federação. Basta meia dúzia de burocratas e algumas mulheres bem intencionadas. Criam-se postos com nomes sonoros e se pretende ter unificado o movimento.

Há em tudo isto um profundo desprezo pela prática cotidiana das mulheres. Considera-se que elas necessitam de uma "tutela" e de que só "O Partido" pode orientá-las. Ele é que decide se é mais importante Constituinte ou saúde. E o que é pior, se disfarça este desprezo criando pretensas organizações de massa, que na verdade são apenas frentes de intervenção partidária — as famigeradas "correias de transmissão".

Quando o movimento reivindica sua autonomia é porque as mulheres querem decidir dos seus destinos e abrir espaço para sua voz. Assim como o movimento sindical reivindica autonomia frente ao Estado e às correntes políticas.

Para nós do movimento de mulheres, autonomia não quer dizer-nos separarmos dos movimentos sociais. Somos um movimento social, estamos nos partidos e nos sindicatos, não isoladas em departamentos ou Federações. Preferimos a autonomia ao veneno da burocracia.

(\*) Elisabeth é professora e militante feminista

# Eleições da UEE/RS Estudantes varrem o imobilismo

Por José Carlos de Oliveira

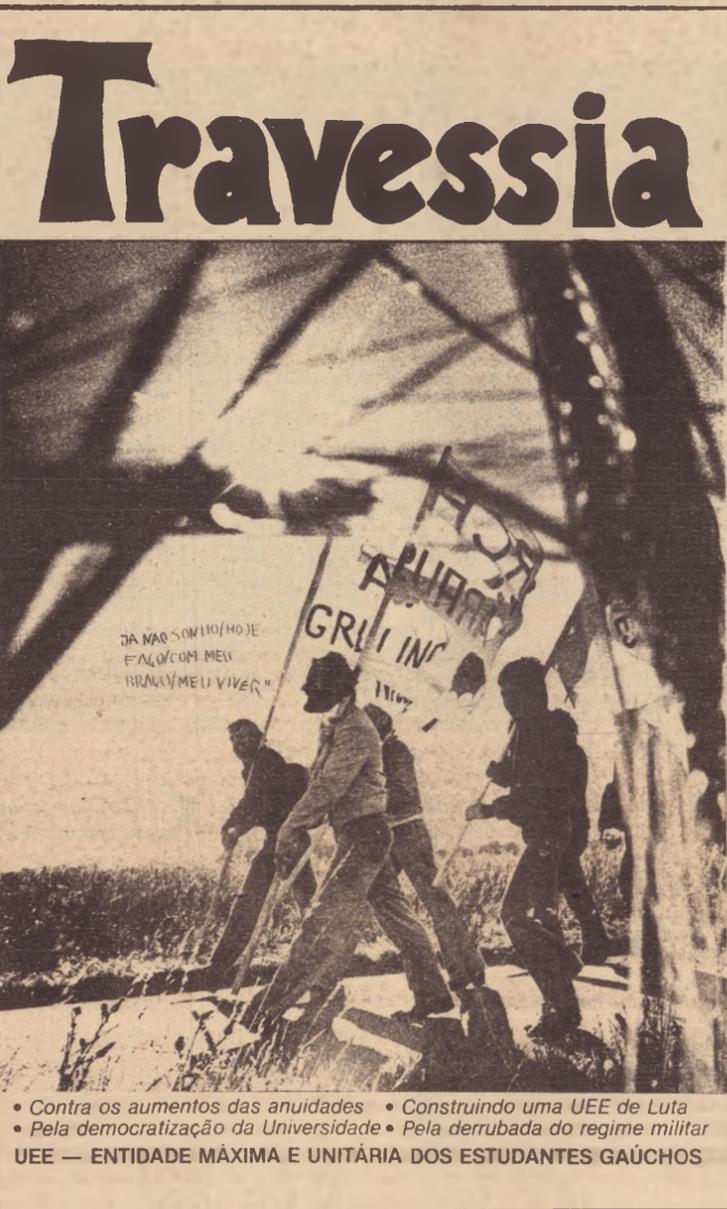
Os estudantes gaúchos começaram a construir uma alternativa para a crise de direção que vive hoje o movimento estudantil, varrendo o imobilismo e a estagnação que tomou conta da UEE/RS nessa última gestão. A nova diretoria, eleita com mais da metade dos 36 mil votos das eleições, unificou todos aqueles que querem uma entidade estadual combativa e democrática. **Travessia**, conta com apoio nos DCEs das maiores Universidades do estado, como Passo Fundo, Santa Maria, Católica de Pelotas, UNISINOS, e agora também com o DCE da UFRSG. Além disso, provavelmente será majoritária nas eleições que se realizarão nos DCEs de Bagé e na Federal de Pelotas.

Sua vitória expressa a necessidade dos estudantes de sacudir a Universidade, o ensino e a sociedade. No centro de seu programa está a luta pela democratização da Universidade — que unifica o movimento estudantil com o dos professores — pondo em questão desde o poder, os conteúdos de ensino e a própria função da Universidade hoje, no período de crise do capitalismo. Considera a luta por verbas fundamental, pois é a base da autonomia universitária. Suas propostas não limitam-se a Universidade, propondo que estudantes participem, junto com os trabalhadores, na luta política mais geral pela derrubada da ditadura e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

## Nova direção para UNE

A grande derrotada foi a diretoria da UNE — seus apoiadores ficaram em torno dos 10 mil votos — e sua política aparelhista, seu economicismo barato recheado por um discurso ufanista, sua prática conciliadora tanto na Universidade como suas propostas colaboracionistas com a burguesia.

Para o presidente da UEE/RS, Aldo Formazilli, a articulação que deu origem a **Travessia** deve ser não só mantida, mas ampliada a nível nacional, construindo uma alternativa de direção para a UNE. Hoje as forças que se expressam no movimento estudantil apresentam a mesma polarização vivida pelo movimento sindical e que criaram impasses na CONCLAT: de um lado um polo pelego-reformista e de outro, ainda desarticulado, as forças combativas e autênticas, capazes de conduzir o movimento avançado em sua organização, na luta pela conquista de suas reivindicações e derrubada da ditadura.



• Contra os aumentos das anuidades • Construindo uma UEE de Luta  
• Pela democratização da Universidade • Pela derrubada do regime militar  
UEE — ENTIDADE MÁXIMA E UNITÁRIA DOS ESTUDANTES GAÚCHOS

Assim, **Travessia** propõe que seja aberto imediatamente um processo de discussão no movimento estudantil sobre um programa que unifique as forças combativas. Convida desde já Mobilização Estudantil, a dissidência do jornal **Voz da Unidade**, os apoiadores do jornal **companheiro** e diversos grupamentos independentes que se situam no campo combativo do movimento do movimento estudantil, a se engajarem na construção de uma direção alternativa para a União Nacional dos Estudantes.

Assim, **Travessia** propõe que

# UEE de S. Paulo

Contrastando com os resultados das eleições no Rio Grande do Sul, os estudantes paulistas ainda não conseguiram construir uma alternativa que supere o marasmo do movimento. Para a UEE-SP foi vitoriosa a chapa **Renovação**, com 22.542 votos, o que significa que nada mudará na condução da entidade. Em segundo lugar, **Todo Mundo na UEE** com 20.631 votos, e, em terceiro, **Mobilização Estudantil**, com 12.641 votos. Em quarto

lugar ficou **Solidariedade**, com 9.155 votos.

A chapa **Solidariedade** tentou formar-se como alternativa para a crise de direção do movimento estudantil. Seu programa reflete esse esforço.

Mas se o programa foi bom, a composição da chapa refletiu o velho conchavismo de sempre. A tendência identificada com o jornal **Companheiro** que a princípio retirara-se da composição

por não concordar com o programa, propôs-se novamente a participar de **Solidariedade**, exigindo a cabeça da chapa. Com base em cálculos eleitorais, **Caminhando** apoiou a medida, dividindo a articulação. Coerentes com a concepção de que uma chapa deve refletir um programa. **Centelha/Manifestação**, **Vento Novo**, esquerda de Refazendo, Pastoral Universitária e outros estudantes retiraram-se da articulação.

# Adiado Congresso da UNE

No último domingo, dia 11, a diretoria da UNE, reunida no Rio de Janeiro, cometeu mais um atentado contra o bom senso, a seriedade e o respeito aos estudantes. A razão da reunião era a discussão da proposta de adiamento para o início do próximo semestre do Congresso da UNE, marcado para 30 de outubro a 2 de novembro em Cabo Frio pelo último CONEG (reunião das diretorias de todas as UEEs e DCEs do país).

A proposta de adiamento era apresentada pelo setor majoritário da diretoria que se identifica com o jornal **Tribuna Operária**. O outro setor, identificado com o **Hora do Povo**, estava contra.

Logo no início, um diretor da tendência do HP encostou os outros na parede: por acaso a proposta de adiamento se devia a alguma avaliação sobre dificuldades enfrentadas pelo movimento estudantil ou sobre dificuldades encontradas pela diretoria da UNE? Ou todos mantinham a avaliação de que este fora um ano de vitórias para o movimento, que não há nenhuma sombra de crise e que a diretoria da UNE, com uma

gestão excelente, se encontrava totalmente prestigiada entre os estudantes?

Não, não era isso, diziam os diretores identificados com a **Tribuna**. O problema é que a UEE-RJ (cuja diretoria é identificada com o HP) não estava conseguindo aproveitar a ótima situação do movimento para garantir a infraestrutura do Congresso em Cabo Frio. A isso, os diretores identificados com o HP responderam que garantiam o Congresso e ponto final.

Sem condições de argumentar contra sua própria "avaliação" da maravilha da situação, a maioria da diretoria nem pôde colocar em votação sua proposta. Assim, partiu-se para marcar o Congresso para 12 a 15 de novembro, ainda em Cabo Frio, adiando-o por duas semanas para facilitar a infra-estrutura.

É evidente que esta foi a pior proposta possível: o Congresso fica marcado para um período onde já começam as provas, continua num local pouco próprio. Para não falar do absurdo do método: a diretoria desmarcar um Congresso definido há um mês por uma instância superior, o CONEG.

# Uma nova direção para a USP

Também na USP começou um debate em torno da construção de um programa que aponte para uma alternativa de direção para o movimento estudantil. As tendências **Centelha/Manifestação**, esquerda de Refazendo, **Vento Novo**, **Caminhando**, junto com estudantes "não alinhados" realizaram uma primeira reunião, colocando as bases para superar a atual dicotomia entre o reformismo e imobilismo de um lado e vanguardismo aventureiro de outro.

Num primeiro encontro foi decidido e encaminhado um debate amplo

nas escolas e a realização de reuniões abertas, todas as sextas-feiras, na Faculdade de Economia. Os eixos propostos para o debate são a democratização e autonomia universitária, a luta por mais verbas, modificação nos currículos, moradia e restaurante universitário.

Para os articuladores desses debates o mais importante não é a listagem das reivindicações estudantis, mas que os próprios estudantes, de forma democrática, apontem suas principais reivindicações, decidam as formas de luta, a organização e funcionamento do DCE-USP.

# Congresso de Estudantes Secundaristas

O Congresso de Reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundarista foi decidido em junho desse ano, no IIIº Encontro Nacional de Secundaristas. Mas nesse encontro não foi feita uma avaliação precisa do grau de organização dos secundaristas e nem foi tirado um processo de lutas que unificasse o movimento a nível nacional.

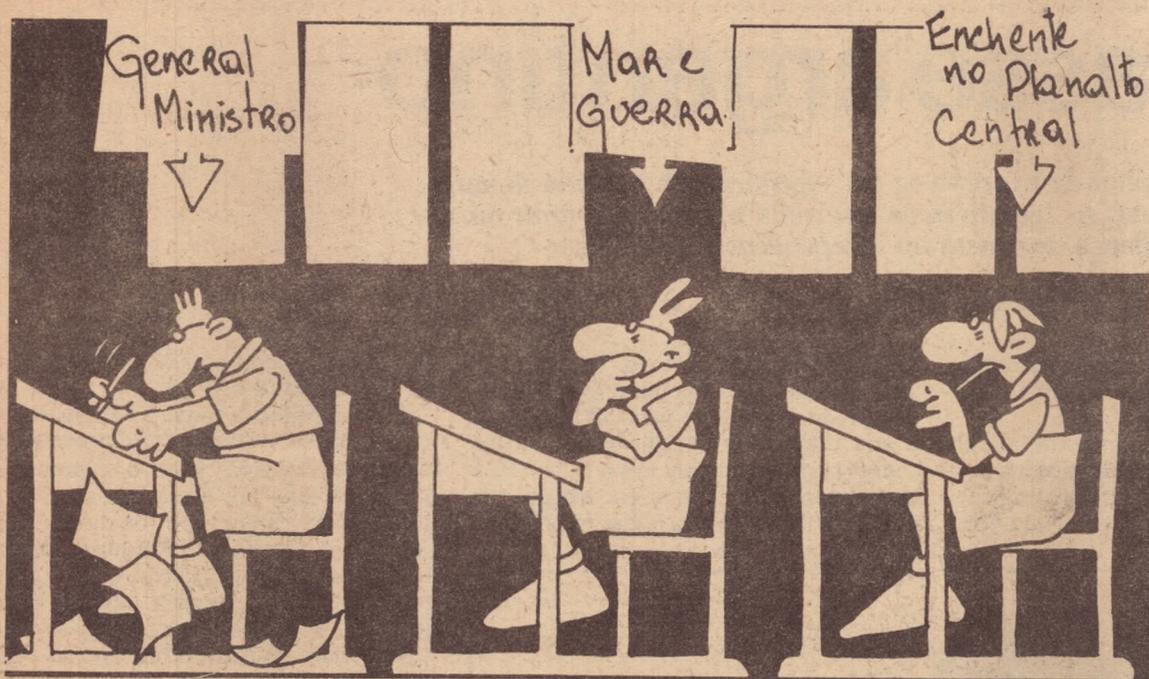
Hoje, apesar do avanço da luta dos secundaristas, o peleguismo ainda reina nas entidades. Os Grêmios nas escolas ainda são poucos e muitos deles burocratizados. As Uniões Estaduais e Municipais — onde existem — quando não são pelegas, têm pouca penetração entre os estudantes.

Por isso é pouco provável que esse Congresso tenha a necessária representatividade para reconstruir a UBES. Sua convocação está sendo feita mas a grande maioria dos estudantes está marginalizada desse

processo. O que impera é o voluntarismo de algumas tendências que confundem a reconstrução do movimento estudantil secundarista com a construção de aparelhos sob sua direção.

Assim, o Congresso, ao invés de recriar uma sigla, deve dar passos concretos para a reconstrução da Entidade Nacional, ampliando a Comissão Pró-UBES, tirando um plano de mobilizações que culmine com um dia nacional de lutas para o primeiro semestre de 82; elaborando boletins, jornais-murais e um cartaz que divulgue a Reconstrução da UBES. Para massificar o movimento faz-se necessária a convocação de Encontros Estaduais para o primeiro semestre de 82, que preparem de fato o Congresso de Reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. (Felipe Ranga)

leia e assine  
EM TEMPO



## Simpósio sobre Ensino Profissionalizante Ministro reconhece fracasso

O governo começa a reconhecer seu fracasso com a reforma do ensino de 1º e 2º graus imposta no início dos anos 70. Mas ao invés de abrir um amplo debate sobre os rumos da educação no país, propõe-se apenas a remendar a lei 5692/71.

Por Lucí Ayala

A lei que institui o ensino profissionalizante no 1º e 2º graus deve ser alterada, pois indicou um caminho que não pôde ser cumprido por dificuldades na área de recursos humanos e financeira". São palavras do General Ludwig, Ministro da Educação, na abertura do Simpósio sobre o Ensino Profissionalizante, promovido pela Câmara Federal, de 6 a 8 de outubro, em Brasília.

Como porta-voz oficioso do governo, o Reitor da Universidade de Brasília, capitão de mar-e-guerra José Carlos de Azevedo, indicou a modificação proposta: retirar a obrigatoriedade do ensino profissionalizante do 2º grau.

Essa é a proposta da alta burocracia do MEC, responsável pela educação no país, para responder à situação calamitosa do ensino. E o ex-ministro Eduardo Portela, fazendo coro com seu sucessor, gen. Ludwig, foi incisivo ao declarar que não se trata de reformar a reforma, mas melhorá-la, atuando nas brechas da lei.

### Reconhecendo o fracasso

Elaborada a portas fechadas pela burocracia do MEC com assessoria de técnicos norte-americanos, imposta sem nenhuma consulta à comunidade escolar, a lei 5692 de 11 de agosto de 1971 levou o ensino de 1º e 2º graus à bancarrota. Mesmo implantada no período mais negro da ditadura, com a vigência do AI-5 e do 477 a intimidar qualquer iniciativa de oposição às medidas governamentais, a reforma encontrou a resistência e oposição de todos aqueles preocupados com a educação no país.

Seu objetivo explícito era adequar o ensino básico às necessi-

dades da nova fase do capitalismo no país: formar mão-de-obra semi-especializada para as multinacionais em expansão. Como objetivo não declarado, estava presente a necessidade de conter as demandas pelo ensino universitário — foco de tensão da década anterior — via profissionalização no secundário. Propondo-se a formar mão-de-obra e não pessoas, a reforma substituiu boa parte da antiga formação geral, considerada não pragmática e portanto, desnecessária, pelo ensino de técnicas profissionais.

Hoje o governo começa a reconhecer que nenhum de seus objetivos foi atingido. A inelasticidade de verbas destinadas à educação não permitiu que as escolas, de fato, implementassem as definições da lei. Segundo o próprio Conselho Federal de Educação existem hoje, depois de dez anos da imposição do ensino profissionalizante, uma média de apenas 0,3 oficinas profissionais por escola. Além disso, a falta de profissionais habilitados e as exigências burocráticas de cumprimento da lei, incentivaram ao limite as improvisações.

Por outro lado quase a metade das instituições de ensino de 2º grau (46,5%) pertencem à rede privada. São escolas bem melhor equipadas mas, que atingem um público que, na sua maioria, destina-se às Universidades.

O resultado foi um rebaixamento geral do nível de ensino, com a juventude saindo da escola básica sem uma profissionalização que lhe permitisse enfrentar o mercado de trabalho e sem uma base de conhecimento que a habilitasse a enfrentar a Universidade. Como consequência, viu-se a proliferação dos cursos pré-vestibulares e uma

maior seleção econômica dos candidatos ao ensino superior.

### Ampliar as reformas

Mas o governo já anunciou que não pretende fazer uma contra-reforma, mas simplesmente remendos. E o caminho será novamente as reuniões a portas fechadas: no final do ano o Conselho Federal de Educação apresentará suas propostas num seminário que reunirá os burocratas do MEC, com os Secretários e Conselhos Estaduais de Educação, onde serão decididos os rumos do ensino profissionalizante.

### Paraíso de burocratas

Não vêm os burocratas que a falência do ensino de 1º e 2º graus não deve-se apenas à profissionalização, mas ao conjunto da reforma imposta pela lei 5692, que modifica também o currículo da formação geral, extinguindo disciplinas como Filosofia e Sociologia, reduzindo a carga horária de História e Geografia, criando a disciplina de Estudos Sociais, etc. Além disso sua regulamentação impôs uma série de rotinas de funcionamento das escolas que as transformaram no paraíso dos burocratas e os professores em meros aplicadores de conteúdos previamente elaborados.

A superação da crise educacional não se dará por remendos na lei 5692 mas pela reestruturação completa da educação no país. Somente um debate amplo e democrático, envolvendo educadores, pais e alunos, com a participação da comunidade através dos sindicatos, associações profissionais e de bairros, poderá gerar um projeto educacional que realmente atenda às necessidades e aos interesses da maioria da população brasileira.

Denúncia

## Cresceu o número de analfabetos

Eduardo Suplicy, deputado do PT, denunciou o aumento do número de analfabetos no país. Sem poder negar os dados apresentados, o presidente do MOBRAI, reconheceu fraudes na sua instituição.

O número de analfabetos cresceu na última década. Em 1970, 33% da população brasileira, 18 milhões de pessoas, não sabiam ler nem escrever. E apesar dos planos do governo e da propaganda do MOBRAI, esse número hoje atinge a casa dos 19,273 milhões de pessoas. Uma distância muito grande da meta governamental que pretendia acabar a década com o analfabetismo reduzido a 11 milhões.

Esses são dados revelados pela Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE, que indicam que depois de uma queda no número de analfabetos até meados da década passada, verifica-se novamente sua elevação. Da população maior de 15 anos de idade, 23,7% eram analfabetos em 1977, passando para 23,9% em 1978. Os dados do último Censo revelam que esse percentual subiu para 26,1% da população em 1980.

Na faixa etária dos 7 aos 14 anos, os dados são alarmantes: o número de crianças analfabetas permanece constante em torno dos 6 milhões, chegando a 6.840 milhões em 78, subindo para 6.916 milhões em 1979, num percentual de 29,7% da população em idade escolar obrigatória.

A diferença entre esses dados e as estimativas governamentais só pode ser atribuída a inúmeras fraudes, como classes fantasmas, alunos fantasmas e relatórios falsificados. Essa afirmação é do próprio presidente da Fundação MOBRAI, sr. Claudio Moreira, que, perplexo diante dos dados do PNAD, preferiu desmentí-los e esperar pelos resultados do Censo 80. Agora que esses resultados vieram a público, não só confirmando a tendência ao aumento de analfabetos mas dando os seus números exatos, o presidente do MOBRAI e todo o governo vão ter que rebolar para explicar essas diferenças.

Uma campanha de alfabetização não é um ato técnico mas profundamente político. Para ser bem sucedida precisa estar relacionada com a possibilidade do povo transformar estruturalmente a sociedade. Em especial, para que não haja o fenômeno da regressão ao analfabetismo e para que o aprendizado se torne relevante, a alfabetização precisa estar relacionada com o processo de democratização, de participação popular nas decisões e também com a criação de oportunidades de trabalho.

(L.A.)

Professores de Minas

## Primeiro Congresso

O 1º Congresso dos professores da rede particular de Minas Gerais deve ser transformado num marco na vida da categoria. É uma iniciativa pioneira no sentido de romper com o verticalismo da estrutura sindical, ampliando o espaço para a participação do professorado em sua entidade de classe, promovendo a efetiva organização pela base.

Para isso é fundamental que o Congresso avance na definição das reivindicações prioritárias da categoria, estabelecendo as formas de lutas necessárias para a conquista da estabilidade no emprego, por melhores salários e condições de traba-

lho, preparando a campanha salarial de 81/82.

Nesse Congresso, os professores poderão discutir a melhor forma de romper com a estrutura corporativista dos sindicatos, criando mecanismos de intervenção de base através da garantia do delegado sindical e a criação de um conselho deliberativo na entidade composto pelos delegados eleitos.

Por outro lado devem ser deliberadas as formas de organização nacional dos professores e sua efetiva participação na construção da Central Única dos Trabalhadores.

Professores do Paraná

## Enfrentando o Governo

Foram 29 dias de greve, com a paralisação de cerca de 80% do magistério do Paraná. Sustentando o movimento, apenas a determinação do professorado em levar a luta até a conquista de suas reivindicações. As principais eram o reajuste semestral, 13º salário, piso de 2,5 salários imediatamente e três salários em janeiro de 82, além da eleição de uma lista tripartite, pelos professores, para escolha dos diretores da escola.

A postura do governo foi, desde o início, de radicalização, decretando recesso escolar e recusando-se a continuar as negociações. A repressão esteve sempre presente, desde as ameaças de demissões até a violenta investida da Polícia Militar contra os professores em vigília no Centro Cívico de Curitiba.

Com a intermediação da Igreja, as negociações foram retomadas mas a direção da Associação dos Professores do Paraná (APP), aca-

bou cedendo às pressões do governo.

Em negociação conjunta com a Igreja e a Secretaria de Educação, a diretoria da entidade comprometeu-se a acabar com a vigília e com os piquetes que percorriam as escolas. Em troca, o governo propôs-se a estudar o caso dos professores CLT, a enviar para a Assembléia Legislativa a regulamentação da eleição dos diretores por lista sextupla e a não punir os grevistas. As conquistas econômicas foram poucas: o que foi acertado foi um salário inicial de 2,2 salários mínimos no reajuste de 82 e o compromisso de manter o mesmo nível em janeiro de 83.

Em assembléia realizada sábado, 10 de agosto, quatro mil professores aprovaram o acordo e decidiram pelo fim da greve, com grande descontentamento das representações do interior.

(E.G.)

# O impasse argentino

A crise do mundo capitalista expressa-se na Argentina sob a forma de uma escandalosa bancarrota. As tentativas de resolvê-la trazem mais uma vez a discussão: aliança de classes ou independência proletária.

Por Marcelo Zugadi

Parece inútil insistir com as cifras, declarações e análises para mostrar a crise econômica da Argentina e a impotência do governo militar face à expressão política deste desastre. Para aqueles que não seguiram esta vertiginosa queda, bastará um sintético quadro econômico: o dólar passou de 1800 pesos em março para cerca de 8 mil em outubro; a dívida externa, que foi quadruplicada durante a administração militar (de 8 bilhões de dólares em 1976, para 32 bilhões na atualidade), representa o triplo da dívida externa brasileira (US\$ 380 por habitante no Brasil e US\$ 1.111 na Argentina).

Após seis anos de recessão, a renda por habitante é menor do que a de onze anos atrás. A indústria funciona com 50% de sua capacidade; o desemprego, o subemprego, assim como o emprego disfarçado alcança, segundo cifras oficiais, 44% da população ativa; o salário real diminuiu em 50%. A emissão de dinheiro sem lastro ouro soma 80% da arrecadação fiscal e a inflação, de dois dígitos mensais, é a maior do mundo. Não são de se estranhar, portanto as palavras do ministro da indústria, Livio Kuhl, ao assumir o cargo no mês passado: "A Argentina atravessa a crise mais grave de sua história".

## Catástrofe social

O presidente Viola, que assumiu o governo em 29 de março último, já fez quatro discursos a propósito dos rumores de golpe de Estado: dois para afirmar que eram rumores e dois outros para explicar que havia muitos setores civis e militares conspirando para derrubá-lo.

Antigamente, a Argentina tinha fama de país culto, avançado, o "mais civilizado e europeu", da América Latina. Se fomos julgá-la agora, pela estatura intelectual e a seriedade de seus governantes, ela se encontra bem atrás do mais atrasado país africano (em termos econômicos está melhor: na sua última reunião, o FMI colocou-a no 68º posto entre os 85 países comparados). Recentemente, o correspondente do "Newsweek" provocou a apreensão de sua revista em Buenos Aires porque reproduzia uma palavra utilizada diariamente nas ruas, para caracterizar a situação: "A Argentina é uma zona", afirmava o correspondente.

A persistência dos rumores golpistas e a insegura permanência de Viola expressam algo muito simples: as forças armadas perderam por completo a iniciativa política e nenhuma das frações que se opõem à que hoje governa esta em condições de apresentar uma alternativa.

## A Multipartidária

Após cinco anos e meio de poder, a ditadura não conseguiu nenhum de seus objetivos políticos e tampouco pode evitar que a crise econômica se aprofunde a níveis inéditos, tornando-se incontrolável e ameaçando com uma catástrofe social.

Somente quando tal situação se fez evidente e irreversível é que os partidos políticos burgueses reaparecem em cena. Durante cinco anos, acompanharam o "processo de reorganização social" (denominação que os próprios militares deram a seu projeto!), colaborando com seu silêncio para que o terrorismo de Estado fosse aplicado amplamente. Mas quando se comprovou que os militares perdiam o

controle, eles se lembraram que existia uma Constituição e começaram a falar outra vez em democracia.

A Multipartidária, composta inicialmente pelos cinco principais partidos burgueses (Peronista, Radical, Intransigente, Desenvolvimentista e Democrata-Cris-

tão) não tem nada de novo. Teve sua origem durante o governo peronista. Naquela época, cumpriu o papel de "oposição à sua majestade" ajudada por vários outros partidos (dentre eles o PC e o PST que se apressaram agora em declarar sua adesão à frente reconstruída, mesmo que

não possam incorporar-se formalmente a ela por razões óbvias).

Em sua primeira etapa, a Multipartidária se declarou voltada para o "processo de institucionalização", para o desenvolvimento do qual era necessário se opor a todo tipo de extremismo "de direita e de esquerda". Opôs-se, conseqüentemente, às organizações guerrilheiras; descobriu que havia uma "guerrilha fabril", opondo-se então às greves, às mobilizações e às organizações de luta do movimento operário. Isto foi dito por todos os integrantes da multipartidária.

## Traição

Curiosamente, quando a extrema direita mostrou claramente sua decisão de tomar o poder e cumprir sua função de carniceiros, ninguém se opôs de fato, ninguém conclamou à luta contra o golpe, antes ou depois de 24 de março de 1976. Todos estavam "apoiando a institucionalização" e preparando-se para as eleições, que tinham sido adiadas para fins daquele mesmo ano.

A Multipartidária se dissolveu quando os últimos restos de democracia foram arrancados friamente, afundando o país no sangue e no terror. Mas reaparece agora, quando o fantasma de um "juízo de Nuremberg" persegue os militares. E reaparece dizendo que para recuperar a democracia tem-se que "esquecer o passado e olhar para o futuro"; deve-se perdoar os guerrilheiros arrependidos (e somente os arrependidos) e perdoar os responsáveis pelos 30 mil desaparecidos, pelos 10 mil mortos, pelos 15 mil presos, assim como esquecer a tortura, o roubo ao trabalhador e a fome da população. Para tanto, é claro, deve-se opor aos "extremistas de direita e de esquerda".

## A história não volta atrás

Ninguém deveria ficar surpreso por isso. A hipocrisia e a incapacidade dos partidos burgueses é coisa muito antiga. A novidade, mesmo que pouco surpreendente, é que muitos daqueles que há sete anos atrás estavam — com métodos errados ou não — na dianteira da Multipartidária, hoje se esforçam para explicar que é necessário "isolar o inimigo principal" e aliar-se com estes defensores da democracia para recuperar o Estado de direito.

Mas a história não volta atrás. Diante da Multipartidária, estavam em 1974-75 os operários que não se deixavam enganar com o "pacto social"; as coordenadoras operárias que tentavam superar as direções traidoras e conciliadoras; a juventude revolucionária; as massas trabalhadoras que levaram à frente, em junho-julho de 1975, a maior greve geral da história da Argentina.

Mesmo que muito indivíduos (seja por debilidade ideológica, por interesse pessoal ou por qualquer razão pior) pulem a barricada e passem para o lado da Multipartidária, as forças sociais seguirão seu caminho.

Em virtude do debilitamento da ditadura, vive-se hoje na Argentina o momento inicial de um novo período histórico para o movimento operário. Esgotada ao máximo a experiência de conciliação de classes durante trinta anos de peronismo, a luta dos últimos dez anos lançou as bases para que o proletariado conquiste sua independência política e empreenda o combate pela sua definitiva emancipação.



Hebe de Bonafini e Laura de Rivera, "Mães da praça de Maio"

## Não começarão outra história enquanto esta não se esclarecer

Estiveram no Brasil as "Mães da Praça de Maio", o já legendário grupo de mulheres que há quatro anos desafia a ditadura argentina reclamando pela aparição com vida dos 30 mil presos desaparecidos.

Hebe Bonafini, presidente, e Laura de Rivera, sócia-fundadora, recentemente no Brasil, visitaram os partidos políticos, a CNBB. Dom Paulo Evaristo Arns e tentaram, sem êxito, entrevistar-se com o presidente em exercício Aureliano Chaves.

Em entrevista exclusiva para EM TEMPO, elas asseguraram que "a recepção aqui foi, em geral, muito boa". Resumindo as tarefas cumpridas durante os quatro dias de permanência, Hebe Bonafini disse que "fomos declaradas hóspedes da Assembléia Legislativa por seu presidente, sendo que Eduardo Suplicy, deputado do PT, fez uma apresentação de nossas razões e de nossa luta." "Não estamos pedindo uma intervenção de governo a governo — continuou Bonafini — mas sim apelando a aqueles que não dese-

jam a repressão e a tortura para que, como homens e como pais, nos ajudem a encontrar nossos filhos."

— Vocês enfatizam muito a questão da aparição com vida dos desaparecidos. Acreditam, então, que os 30 mil sequestrados ainda vivem? Muitos dirigentes políticos dizem estar mortos e pedem apenas "esclarecimentos", "listas" etc.

Bonafini: Nós sabemos que muitos de nossos filhos estão mortos. Porém, não queremos facilitar o caminho de ninguém, pedindo esclarecimentos ou listas. Reclamamos algo que não possa ser tergiversado: aparição com vida de nossos filhos. Se muitos deles não estão com vida, os responsáveis, a Junta Militar é que deve responder e dizer o que foi que aconteceu.

Laura Rivera: Todos foram levados com vida de suas casas, de seus trabalhos, da vida pública... não foram mortos em combate. Não houve guerra na Argentina.

— A Multipartidária não reivindicou nos sete pontos básicos de seu programa a aparição dos presos desapa-

recidos. Vocês tiveram ocasião de se reunirem com os dirigentes desta frente?

Bonafini: Cremos que o problema dos desaparecidos é o problema central, o mais grave; no momento em que entrevistamos a Multipartidária, eles se comprometeram a dar um tratamento especial a este tema quando tocar no problema dos direitos humanos. Nós acreditamos que os políticos irão cumprir com suas palavras.

Hebe de Bonafini e Laura de Rivera concluem fazendo uma apelação para que até o dia 10 de novembro sejam enviadas cartas e telegramas à Suprema Corte de Justiça na Argentina, Talcahuano 550, Capital Federal, pedindo que lhes seja concedida a audiência que pediram. As "Mães da Praça de Maio", levarão neste dia um pedido para que os milhares de "habeas corpus" apresentados à Justiça pelos familiares dos desaparecidos sejam investigados "até as últimas conseqüências". Com firmeza imbatível, as Mães asseguraram: "Enquanto não houver justiça, não haverá paz". (M.Z.)

Egito

# Morre um ditador

*Anuar el-Sadat morreu em um atentado. Foi imediatamente substituído pelo vice-presidente, o general Mohamed Mubarak. Três grupos oposicionistas reivindicaram a ação militar. Uma explosão social ocorreu no sul do país, causando 45 mortos. Nos funerais de 11 de outubro, a ausência popular e a participação das 80 delegações internacionais mostrou o receio dos poderosos face a uma desestabilização da região. Sadat era um dos homens-chave de Reagan e seus comparsas para o Oriente Médio.*

Por Wagner Cardoso



Begin, Carter e Sadat: acordo para esmagar o povo palestino

Exatamente na data da comemoração do 8º aniversário da guerra contra Israel, dia 6 de outubro, um comando de seis oficiais aproveitou-se do amplo e solene desfile militar e desferiu dezenas de tiros, matando o presidente Sadat e inúmeras outras personalidades.

No mesmo dia, a imprensa internacional e todos os meios de comunicação começaram a destilar incessantemente uma carga de falsas informações: "morre um defensor da Paz!", "um amigo do Mundo livre", "soldado da causa do Ocidente" e outras exaltações, tentando dar uma imagem de grande estadista a esse ditador.

Ao mesmo tempo, numerosos governantes enviavam mensagens de condolências aos dirigentes egípcios que sobreviveram aos ataques. As "lágrimas de crocodilo" não cessaram de jorrar durante vários dias. Reagan foi o primeiro: "Os Estados Unidos perderam um amigo, o mundo perdeu um grande estadista e a humanidade perdeu um campeão da paz." Cabendo logo em seguida, ao general Haig, chefe do Departamento de Estado, dar todas as "garantias" ao novo governo contra possíveis "invasões soviéticas".

De Israel também chegaram mensagens. Begin, 1º Ministro israelense, afirmou que "a paz mundial está ameaçada. Com a morte de Sadat, o equilíbrio internacional corre grande perigo".

Destoaram de toda esta hipocrisia, as manifestações de rua em Trípoli. Na capital da Líbia, milhares de pessoas uniam-se, gritando slogans contra "Sadat o traidor da causa árabe", "Morte a Begin", felicitando-se. Da mesma maneira, os milhares de palestinos do Líbano explodiram de contentamento. Até o aiatolá Khomeini saiu de seu eterno silêncio, para conclamar "o povo egípcio a se rebelar".

Mas na realidade, quem era esse Sadat?

Tido e havido até 1969 como um pacato assistente do antigo presidente, o nacionalista e carismático Gamal Abdel Nasser, o major Sadat

neste mesmo ano ocuparia as funções de vice-presidente. No ano seguinte, com a morte de Nasser, toma seu lugar na direção do Estado. Antes, participou na II Guerra Mundial, ao lado de Hitler, para lutar contra o colonialismo inglês. Depois, ao lado de Nasser, fez parte do comando dos "Oficiais Livres" que em 1952 destituiu o monarca Faruk.

Mas ele começou realmente a existir para o dito Ocidente, a partir de 1972, quando rompeu relações diplomáticas com Moscou, expulsando 25 mil conselheiros e técnicos soviéticos. Um ano depois, restabeleceu relações com os EUA, dando a guinada para um regime pró-americano.

Em 1973, durante a guerra de outubro contra Israel, ele conseguiu uma certa marca nacionalista e um pequeno respaldo popular: pela primeira vez, o Egito nada perdia contra o Estado hebreu, recuperando ainda uma parte do Sinai. Sadat aproveitou-se disso e implementou de vez a sua famosa "abertura" econômica para o Ocidente.

Hoje, trinta e cinco por cento da renda nacional e metade do orçamento do país vão para os gastos com armamentos. Com isso, Sadat queria de fato, garantir a "ordem interna" e reforçar sua imagem de guardião pró-americano no Oriente Médio.

Já em 1977, quando ele tomou a iniciativa de ir até Jerusalém para dialogar com Begin, sua intenção era clara: através da aliança Egito-Israel e Estados Unidos, representar o que mais tarde foi chamado de "consenso estratégico", isto é, estabelecer "zonas de influência" americana no dito terceiro mundo, prontas para combater grandes mobilizações "inimigas", como diz o Pentágono.

Os acordos de Camp David, selados em 1978 entre Carter, Sadat e Begin, contrariando a proposta de "negociação global" dos 21 países que compõem a Liga dos Países Árabes, excluíram qualquer referência à OLP - Organização pela Libertação da Palestina - assim

como ao direito de auto-determinação do povo palestino. A restituição ou não das zonas ocupadas por Israel em 1967 foi discutida apenas bilateralmente. Com isso, Sadat passou a ser considerado o "inimigo número um do mundo árabe", sendo expulso da Liga Árabe.

Para viabilizar tal projeto, a ajuda americana de 3,5 bilhões de dólares dada ao Egito, juntamente com os 1,2 bilhões dados à Israel, vão no sentido de criar um forte eixo, um cordão pró-imperialista. Para isso, os EUA já conseguiram o apoio antigo da Arábia Saudita, do Sudão, da Somália e mais recentemente do Marrocos.

Em fevereiro último, Reagan bateu-se com unhas e dentes no Congresso americano para conseguir uma importante "ajuda": 95 milhões de dólares para a Tunísia, 100 milhões de dólares para o Sudão, além de 40 aviões de combate F-16, 310 tanques pesados e mais de mil veículos blindados para o Egito.

Todos estes são elementos para compreender a razão da intensa campanha orquestrada pela grande imprensa internacional: desviar a atenção da "opinião pública" do real problema que é hoje a luta do povo palestino pela sua auto-determinação.

Quando no mês de julho último, Sadat na presença de Nemeiry, o marechal do Sudão, declarou que "estas facilidades (ceder as bases militares de Ras Banas e Kena, no sul do país, aos EUA) vão no sentido de facilitar às forças americanas sua tarefa de ajudar a todos os países árabes ou muçulmanos ameaçados pela União Soviética", ele tinha claro quais os objetivos dessa tão falada "paz mundial".

A "paz" que passa por cima da questão palestina, que faz-se surda face aos ataques sangrentos de Israel contra os campos de refugiados no Líbano, ou a ataques assassinos em Beirut matando milhares de pessoas, é a paz do "cowboy" Reagan. Como frisou Yasser Arafat recentemente: "Nunca haverá paz duradoura nem verdadeira, enquanto esmagarem e calarem a voz do povo palestino."

## A "democracia" de Sadat

No último mês de setembro, a repressão correu solta no Egito: mais de 1.500 pessoas foram para trás das grades, no reino do "democrata" Sadat. Entre elas, nove antigos ministros, dez dirigentes políticos da oposição, dez jornalistas, dezesseis advogados, os três principais líderes muçulmanos "integristas", oito cardeais e dezesseis padres da Igreja copta (minoria cristã). Além disso, treze organizações políticas foram dissolvidas, sete publicações proibidas, 65 mesquitas "nacionalizadas" e 40 mil outras postas sob controle.

Antes, durante os meses de junho e julho, os serviços secretos egípcios já haviam desferido uma vaga repressiva atingindo outros setores da oposição, dentre eles 74 membros do Partido Comunista, ainda na clandestinidade.

Uma tal repressão encontra sua lógica na situação de crise e tensão social a que é submetida a população egípcia. Apesar do crescimento

econômico do país ter atingido a média anual de 7% durante o período de 1970-1979, ele não é reinvestido no país, nem na indústria e nem na agricultura. Praticamente um terço da população trabalhadora está desempregada, cresce o número de favelas, com a vinda dos camponeses pobres para as cidades.

As péssimas condições de transporte e aumento assustador do preço dos alimentos geraram inclusive um amplo movimento de protesto popular em 1977, com a população tomando conta das cidades durante dois dias e quebrando e incendiando tudo. Protestos apenas contidos pela intervenção sangrenta do governo que gerou centenas de mortos e milhares de feridos e presos.

É verdade que na "democracia" de Sadat não cabiam tais movimentos. É verdade também que nos últimos tempos, o "mau" exemplo da revolução iraniana tornou-se um fantasma para essa "democracia".

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Americo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luc Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.  
**Jornalista Responsável:** Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

**Diagramação:** Sérgio de Oliveira

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC 19.858.067/002-70.

**Sucursais:** Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550: Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha nº 1407 - loja 20 - Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414.

**Impressão:** Cia Editora Joruês - R. Gastão da Cunha, 49 - São Paulo - Fone: 531-8900.

# Caçador de Mim

“ Se pegarmos o “Caçador de Mim” e voltarmos atrás, para os trabalhos anteriores, a gente nota que nosso trabalho tem uma coerência, um alinhamento básico, que é exatamente uma coerência de vida. Porque nosso trabalho tem muito a ver com a vida da gente. A gente faz música sobre o que está sentindo, sobre o que está passando. E falando sobre nós mesmos estamos falando sobre muito mais gente.

O Bituca — e isto sempre me impressionou nele — é um cara que nunca abriu concessão. Assim, quando ele ainda era fudido e ia tocar baile, ele só cantava as músicas que gostava. O pessoal não mandava ele embora porque era amigo dele. Desde o começo da carreira, ele vem fazendo os discos que gostava. Mas gravar um disco do jeito que você quer não significa nada em termos de mercado.

Na gravação independente, por exemplo, você tem a liberdade total, só que não tem o acesso, porque não tem meios de divulgação, não tem nada. Você sozinho vai mostrar? Como é que o Brasil vai saber que eu fiz um disco aqui? Você acaba vendendo de mão em mão, só para os amigos. Tem um aspecto importante, de assustar um pouco as gravadoras e o aspecto de exercitar as pessoas, dar opção para outras pessoas se mostrarem. Por que também você fazer e não mostrar não tem nada que ver. Mas em termos de comercialização não é negócio.

**Milton é um cara que nunca abriu concessão**

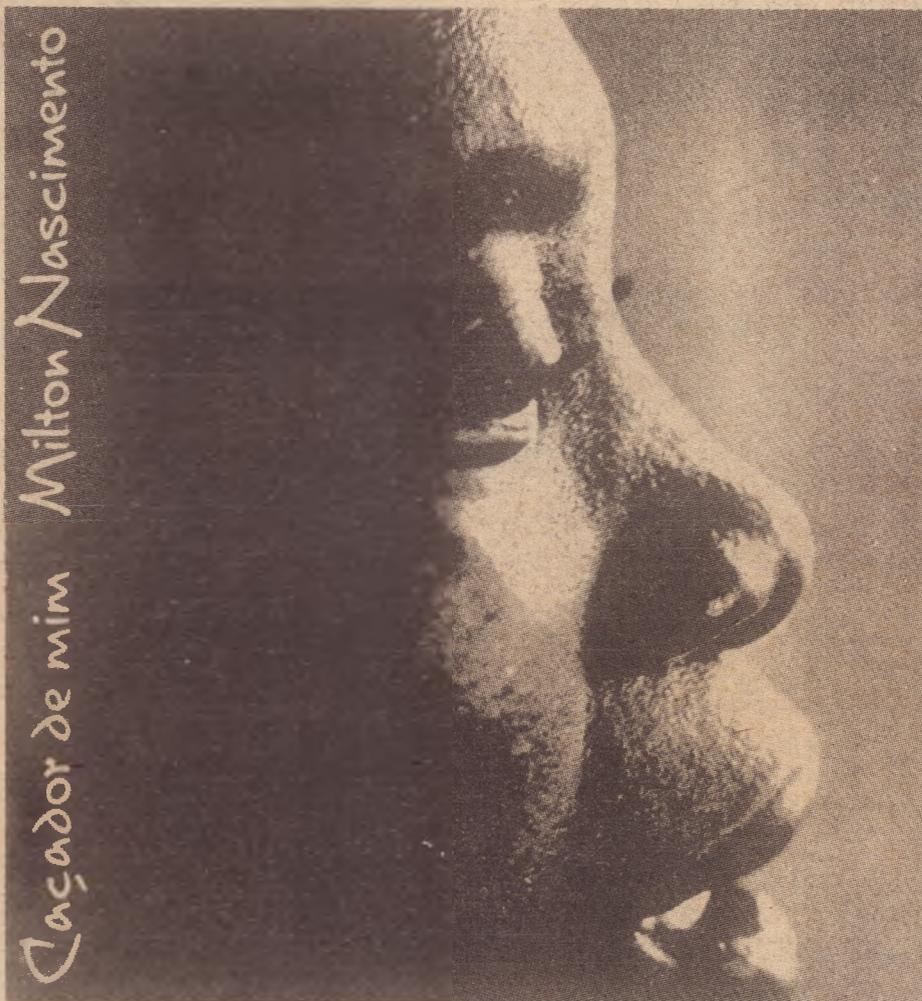
A pressão das gravadoras é muito grande, principalmente sobre o intérprete, o cantor, cantora. Tem artista que é obrigado a engolir. No nosso trabalho nunca influíram e nem poderiam, porque não seria aceito. A Odeon, que era a gravadora do Bituca nunca fez nada para ele acontecer. Mas considerava o Bituca um artista que dava prestígio à gravadora. Não era importante que ele vendesse. Ele vendia o suficiente para dar lucro — prejuízo ele não dava — mas dava prestígio, que é um lucro muito maior. Deixavam ele entrar no estúdio, gravar o disco e só. Na época dos primeiros discos, a gravadora não se preocupava com o Bituca, era com o Agnaldo Timóteo, Clara Nunes, que é o que vendia mais. Mas depois o disco começou a ficar mais caro e o nível social do comprador vai subindo. Aí houve uma reversão de público... hoje, quem vende mais é o pessoal de um certo nível, mais que o chamado “popular”.

**Caçador de Mim: a obra da gente é isso**

Acho que agora o Bituca foi compreendido. Antigamente o pessoal falava: “a música de vocês é difícil”. É uma maneira de menosprezar a inteligência das pessoas normais, né? Nossa música não é difícil. É só tocar no rádio. Como não tocava, era uma música restrita a uma certa elite intelectual.

O disco tem uma unidade de pensamento. O Bituca tem duas letras no disco e elas têm tanto a ver com as que eu faço! A do

Está em todas as lojas o último disco de Milton Nascimento, “Caçador de Mim”. Parceiro do “Bituca” desde os primeiros discos, Fernando Brant, poeta mineiro, falou a EM TEMPO, durante alguns goles (“Cerveja é bom pra danar”) sobre o disco e a história poética, musical e política da dupla. Com a palavra, Fernando Brant.



Sá também (“Caçador de Mim”, veja no box). Eu fiz uma apresentação porque senti a necessidade de por alguma coisa lá, alguma coisa que dissesse o que o disco está dizendo, quase um manifesto do disco.

“Cavaleiros do Céu” é uma curtição antiga, da infância e adolescência. Era uma coisa que o Bituca curti muito e eu também curti. Toda festa que ele ia, ele cantava esta música. Uma coisa da vida da gente era cantar essa música. Ela tem muito a ver com os “Bailes da Vida” que é uma visão crítica dos “Cavaleiros do Céu”. No fundo tem a ver.

“Coração Civil” é uma música diretamente anti-militarista, é civilista, porque Costa Rica é um país que não tem exército. “Caçador de Mim” fala da busca, a gente se busca para fazer alguma coisa

para fora. A gente tem que entender primeiro. Eu acho que a obra do Bituca, a obra da gente é isso, a gente está se caçando. Quando você se caça, você está sendo honesto, está sendo íntegro. Não está fazendo pirueta, não está querendo se mostrar pros outros. Então, eu acho que as pessoas se identificam com a gente, por causa disso. Todo mundo está se caçando. A partir do momento em que você se caça acaba encontrando os outros.

Todo artista tem que ir onde o povo está. Quando começa, ele vai. Então eu acho que ele deve continuar indo. Ele vai por necessidade, ou porque ele é o povo. O cara batalha... Você conversa com qualquer cara da minha época e ele diz: “essa é a história da minha vida, só”. Diz que ele pegou um poeirão, foi no baile lá não sei

onde. Eu falo no sentido do cara não perder isso, esse contato. O cara não tem que virar estrela, não. Tem que ser uma pessoa, um cidadão, não pode parar de viver.

**Todo artista tem de ir aonde o povo está**

O disco fala sobre a diversidade que é o Brasil. A elite do Brasil é uma merda. Eu acho que o Brasil vai dar certo, o povo é legal, mas a elite é uma bosta. Agora, a elite cultural, concentrada aqui no Rio e São Paulo, ela acha que o Brasil é isso. E a televisão colabora muito para isso, porque o que manda é rede nacional, quando na realidade a força do Brasil está é nas diversidades. Uma coisa que pode chegar e fazer uma nação, um país direito. Você anda pelo Brasil, por Minas, você sai na rua aqui em Belo Horizonte, você vai no Rio em Miguel Pedreira, você anda aí e, pôxa, é um povo que tem uma riqueza pessoal e humana incrível. E um bitolamento não perceber a grandeza deste continente, esse negócio que a gente vive nele. E me desagrada muito. Eu tenho uma experiência, por exemplo, de fazer áudio-visual no Vale do Jequitinhonha, das pessoas de lá, mostrar as festas deles, e isso é melhor, muito mais bonito que televisão. Porque a tendência, se massacrar demais, é do pessoal começar a achar que as festas deles lá não têm nada a ver, que o bom é “bailar comigo”.

**Política: D. Casaldáliga, Milton e Fernando**

A gente vivendo neste país, não tem jeito de não mostrar uma preocupação social, política. Tem que ser cego. Esse disco está chamando mais atenção pra isso, mas no Clube da Esquina I tem San Vicente... Pode ser que linguagem seja mais clara, talvez porque a gente está bem, está se sentindo mais claro. Mas esta preocupação, essa ligação sempre existiu. Tanto existia que o Casaldáliga escreveu aquele poema (que aparece no “Sentinela”) falando da “Canção do Sal” que é uma música do Bituca de antes de 1965. A gente só ficou conhecendo o Casaldáliga há um ano e meio atrás e ele tinha todos os discos da gente lá em São Felix do Araguaia. E disse assim: “Puxa, vocês me ajudam nas horas mais difíceis minhas, eu ouço vocês nas horas mais difíceis”. É um negócio meio danado porque, de repente, a gente vivendo aqui junto com a elite do Brasil e uma pessoa que a gente admira, fazendo um trabalho lá no campo, está pegando força da gente pra fazer uma coisa que nos dá força. Nesse sentido é uma função importante, essa troca de energia é danada.

Agora, o Milton está acabando de fazer a Missa do Negro, que tem texto do Casaldáliga e do Pedro Chiero. Vai ser no dia 22 de novembro, em Recife. Estamos fazendo também um disco para acompanhar um livro infanto-juvenil sobre História do Brasil. É um livro que desmistifica a história, conta que Caxias não era bem isso, numa linguagem mais própria pro pessoal. Surgiu também um espetáculo com o Alvin Aley, um crioulo dos Estados Unidos. E mais disco e o que surgir, né?

## Um Milton mais popular

Luis Carlos Sá, da dupla Sá e Guarabira, é, junto com Magrão, autor da música “Caçador de Mim”, título do novo álbum de Milton Nascimento. Aqui, sua opinião sobre este novo trabalho do Bituca.

O Milton deu um depoimento à imprensa, pedindo desculpas a mim e

ao Magrão, e dizendo que considerava “Caçador de Mim” como uma música dele, porque falava de coisas que ele sentia. Acho, então, natural o disco dele ter esse nome...

Ele está tendendo a ser um cantor popular, a popularizar sua música. Tem certos setores que se interessam em defender o

elitismo, como se fosse uma reserva particular, uma língua que só eles pudessem entender. Este tipo de pessoa fica chocado quando o Milton faz um disco mais popular como “Caçador de Mim”, mantendo o gabarito. E isto é um passo importante para ele vir a ser conhecido por um público que não o conhecia.